



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 16692.720872/2017-33
Recurso Voluntário
Acórdão nº 1401-004.116 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de janeiro de 2020
Recorrente AMBEV S/A
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2015

DESPACHO DECISÓRIO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA.

Não se configura a hipótese de nulidade do despacho decisório atacado quando foi dada à contribuinte oportunidade, durante o procedimento fiscal, de apresentar alegações e elementos probatórios e a fiscalização fundamentou o ato administrativo de forma suficiente nos aspectos fáticos e jurídicos.

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. INOVAÇÃO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA.

Convém destacar que a contribuinte apresentou diversos elementos de prova em sede de manifestação de inconformidade. Tal fato, por si só, já seria suficiente para justificar uma cognição mais ampla dos fatos jurídicos por parte da autoridade julgadora de primeira instância em comparação com a autoridade fiscal.

Ademais, a argumentação atacada pela recorrente configura mero *obiter dictum*, uma vez que não foi a razão de decidir na parte que a manifestação de inconformidade foi julgada improcedente.

JUNTADA DE NOVOS ELEMENTOS DE PROVA. INDEFERIMENTO.

O pedido genérico de apresentação de novos elementos de prova a qualquer tempo não encontra guarida no Decreto nº 70.235/72, que rege o processo administrativo fiscal.

DILIGÊNCIA. DESNECESSIDADE. INDEFERIMENTO.

A diligência desnecessária para o deslinde do feito deve ser indeferida pela autoridade julgadora.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)

Ano-calendário: 2015

ESTIMATIVAS. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE DCOMP. IMPOSSIBILIDADE.

A necessidade de utilização de Declaração de Compensação para compensar as estimativas mensais de IRPJ ou CSLL com créditos anteriores é inafastável.

Não havendo a constituição do débito de estimativa e a respectiva declaração de compensação, não há possibilidade deste valor compor o saldo negativo.

UTILIZAÇÃO DE IR PAGO NO EXTERIOR EM PERÍODOS ANTERIORES PARA COMPENSAR COM ESTIMATIVAS MENSAS. IMPOSSIBILIDADE.

O IR pago no exterior não é passível de restituição no Brasil. Ele apenas pode ser utilizado na apuração de IRPJ ou CSLL a pagar, quando houver a adição de lucros de coligadas/controladas no exterior, dentro do limite da participação e do lucro reconhecido, sem compor saldo negativo.

Uma vez que o IR pago no exterior não é passível de restituição ou ressarcimento no Brasil, não pode ser utilizado para a compensação com eventuais débitos de estimativas de IRPJ ou CSLL nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2015

OBSERVAÇÃO DAS NORMAS COMPLEMENTARES. AFASTAMENTO DE PENALIDADES E JUROS. INDEFERIMENTO.

Considerando que a contribuinte aproveitou o IR pago no exterior de forma contrária à lei e que as orientações da ECF não dão suporte aos procedimentos adotados, é inaplicável, na espécie, o previsto no parágrafo único do artigo 100 do CTN.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, afastar as arguições de nulidade e indeferir os pedidos de diligência e de juntada a qualquer tempo de novos elementos probatórios para, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Carlos André Soares Nogueira – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cláudio de Andrade Camerano, Daniel Ribeiro Silva, Carlos André Soares Nogueira, Luciana Yoshihara Arcangelo

Zanin, Nelso Kichel, Letícia Domingues Costa Braga, Eduardo Morgado Rodrigues e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente)

Relatório

Trata o presente processo do Pedido de Restituição/Ressarcimento – PER nº 13908.38583.250516.1.3.02-8860, por meio do qual a contribuinte formalizou um crédito decorrente de saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2015 no valor original de R\$ 482.363.458,65.

De acordo com as informações registradas no PER nº 13908.38583.250516.1.3.02-8860, o saldo negativo tinha a seguinte composição:

IR pago no exterior	R\$451.001.220,91
IRRF	R\$31.362.237,74
Total	R\$482.363.458,65

O crédito formalizado por meio do PER foi parcialmente utilizado nas seguintes Declarações de Compensação – Dcomp:

DCOMP	Valor original do crédito utilizado	Débitos compensados
13908.38583.250516.1.3.02-8860	R\$124.972.426,90	R\$131.570.971,04
42698.55671.250716.1.3.02-6359	R\$146.544.868,81	R\$157.609.006,41
03566.32957.240616.1.3.02-6200	R\$162.865.971,60	R\$173.273.107,19
Total	R\$434.383.267,31	R\$462.453.084,64

Após procedimento de auditoria, a autoridade administrativa emitiu Despacho Decisório por meio do qual não reconheceu o direito creditório pleiteado e não homologou as compensações declaradas. No procedimento, a fiscalização confirmou as parcelas de IRRF no montante de R\$ 31.362.237,74, mas indeferiu a parcela do crédito que seria decorrente de IR pago no exterior. A fundamentação para o indeferimento foi sintetizada da seguinte forma:

Valor PER/DCOMP	Valor confirmado	Valor não confirmado	Justificativa
451.001.220,91	0,00	451.001.220,91	Documentação apresentada pelo contribuinte não atende à legislação

Irresignada com a decisão da autoridade administrativa, a contribuinte apresentou manifestação de inconformidade.

A autoridade julgadora de primeira instância declarou a nulidade do despacho decisório. A ementa do acórdão nº 14-76.286 exarado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto restou consignada nos seguintes termos:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2015

DESPACHO DECISÓRIO. FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS. AUSÊNCIA. NULIDADE.

O Despacho Decisório deve ser motivado, com a indicação, de maneira clara, dos fatos e dos fundamentos jurídicos que lhe deram causa. A ausência de tais requisitos o torna inválido para produzir os efeitos a que se destina e configura preterimento ao direito de defesa, o que o torna nulo.

Decisão Recorrida Nula

Aguardando Nova Decisão

Em razão da decisão da DRJ, a autoridade julgadora emitiu novo Despacho Decisório, detalhando as razões que levaram ao não acolhimento do pleito creditório da contribuinte.

A autoridade da RFB, ao refazer a apuração do saldo de IRPJ do ano-calendário 2015, concluiu pela inexistência de saldo credor de IRPJ. De fato, apurou IRPJ a pagar no montante de R\$ 38.624.495,80 conforme demonstração abaixo:

	VALOR DECLARADO	VALOR RECALCULADO
IRPJ devido (declarado na ECF)	69.986.733,54	69.986.733,54
(-) IR Retido na Fonte (PERDCOMP com informação do crédito)	31.362.237,74	31.362.237,74
(-) IR Pago no Exterior (PERDCOMP com informação do crédito)	451.001.220,90	0,00
(=) IRPJ a pagar	-412.376.725,11	38.624.495,80

Em face do novo Despacho Decisório, a contribuinte apresentou a manifestação de inconformidade de fls 8.397 e ss.

Sirvo-me de parte do relatório elaborado pela autoridade julgadora *a quo* no Acórdão nº 14-90.548 para apresentar as razões adotadas pela fiscalização, bem como as alegações lançadas pela contribuinte na manifestação de inconformidade:

4. Os autos retornaram à DRF de jurisdição da contribuinte, a qual elaborou novo Despacho Decisório, que se transcreve, em parte:

"Trata-se de Declaração Eletrônica de Compensação, cuja demonstração do crédito foi efetuada por meio da PER/DCOMP nº 13908.38583.250516.1.3.02-8860, relativa ao crédito de Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário de 2015 (Exercício 2016), no valor de R\$ 482.363.458,65. As PER/DCOMPs discriminadas a seguir também se utilizaram do mesmo crédito:

(...)

2. Em 29/06/2017 foi expedido Termo de Início de Diligência Fiscal (fls. 28/30), através do qual a empresa foi intimada para que comprovasse seu alegado crédito, oriundo de Imposto pago no Exterior.

3. Em resposta, a intimada acostou aos autos os documentos de fls. 37/316.

4. Em 31/08/2017 foi prolatado Despacho Decisório (fls. 317/319), que não reconheceu o direito creditório solicitado, por entender que os documentos juntados não obedeciam a legislação de regência.

5. Insurgindo-se contra o teor do Despacho Decisório, a contribuinte apresentou, tempestivamente, Manifestação de Inconformidade (fls. 329/368) em 03/10/2017, acompanhada dos documentos de fls. 369/8.279.

6. Diante do pedido do contribuinte, a 6ª Turma da DRJ/RPO declarou nulo o despacho decisório, através do Acórdão de fls. 8.282/8.298.

7. Sendo assim, o processo foi devolvido a esta DIORT/DERAT, para que fosse elaborado um novo despacho decisório.

É o relatório.

Fundamentação

Da compensação

(...)

Da análise do crédito alegado

11 - Limitação do Suposto Crédito

11.1. De acordo com as informações da PER/DCOMP com demonstrativo de crédito (...), verifica-se que o Saldo Negativo de IRPJ alegado pelo contribuinte é assim composto:

(-) IR Retido na Fonte	31.362.237,74
(-) IR Pago no Exterior	451.001.220,91
(=) Saldo Negativo	482.363.458,65

12. Tal demonstrativo não está de acordo com os valores informados na ECF do período - fls. 488/490. Em vista disto, uma das questões constantes no Termo de Início de Diligência Fiscal era a seguinte: "Tendo em vista a discrepância entre os valores apresentados na composição do suposto crédito nas perdcamps em epígrafe e os valores constantes na ECF, informar quais valores refletem a realidade contábil fiscal, para fins do crédito pleiteado."

13. Em resposta a este quesito (fl. 38), a intimada não esclareceu tal discrepância, alegando simplesmente que tal comprovação se encontra no anexo Outros_15 (fls. 291/292), que se constitui da impressão do controle de Saldos das Contas do e-Lalur e do e-lacs. Sendo assim, serão consideradas, para efeito da apuração do saldo negativo,

as parcelas indicadas no perdcomp, dos quais deverá ser deduzido o imposto devido apurado na ECF.

Imposto do o Lucro Real:	
À alíquota de 15%	42.006.440,12
Adicional	27.980.293,42
(-) IR Retido na Fonte	31.362.237,74
(-) IR Pago no Exterior	451.001.220,91
(=) Saldo Negativo	412.376.725,11

14. Do Imposto de Renda Retido na Fonte

14.1. O Decreto 3.000 de 26/03/1999 (RIR/99), art. 231, dispõe que para a determinação do imposto a pagar ou a ser compensado, o rendimento que gerou o IRRF deve ter sido computado na apuração do lucro real:

(...)

14.2. Das retenções na fonte informadas no PER/DCOMP com demonstrativo do crédito, no valor total de R\$ 31.362.237,74, verificou-se que no Despacho Decisório original já havia sido validado o valor total. Tais retenções constam na DIRF da empresa declarante (fls. 8306/8322), conforme demonstrativo a seguir:

CNPJ FONTE PAG	COD. REC	Valor Perdcomp	Valor confirmado em DIRF
00.000.000/0001-91	3426	12.619.389,31	12.619.389,31
00.360.305/0001-04	5928	2.528,38	2.528,38
00.360.305/0001-04	3426	4.363.346,79	4.363.346,79
33.479.023/0001-80	6800	20.276,57	20.276,57
33.479.023/0001-80	0924	10.133,88	10.133,88
33.479.023/0001-80	3426	33.863,94	33.863,94
43.826.833/0001-19	6800	75.032,54	75.032,54
58.160.789/0001-28	3426	1.056,03	1.056,03
60.701.190/0001-04	6800	0,48	0,48
60.701.190/0001-04	3426	1.269.733,03	1.269.733,03
60.746.948/0001-12	3426	1.593.214,41	1.593.214,41
90.400.888/0001-42	3426	11.373.662,38	11.373.662,38
totais		31.362.237,74	31.362.237,74

Do Imposto Pago no Exterior

15. Limite de utilização

15.1. O interessado informou, na composição do crédito de Saldo Negativo de IRPJ aqui analisado, o montante de R\$ 451.001.220,91, a título de Imposto de Renda Pago no Exterior, no PER/DCOMP com demonstrativo de crédito (nº 13908.38583.250516.1.3.02-8860 - fls. 2-27).

15.2. Antes de se proceder à análise da documentação juntada pelo interessado às fls. 37/316, é importante salientar que, no presente caso, a utilização do Imposto de Renda incidente no exterior, utilizada pelo interessado para compor o Saldo Negativo apurado no exercício, só é possível até o limite do valor do imposto devido, como se demonstrará a seguir.

15.3. Com a publicação da Lei n.º 9.249/95, a partir de 1º de janeiro de 1996, os lucros, rendimentos ou ganhos de capital provenientes do exterior, auferidos por pessoa jurídica, passaram a estar sujeitos à incidência do imposto de renda no Brasil. Desta forma, passou a vigorar o "princípio da universalidade", no que diz respeito à tributação dos rendimentos, ganhos de capital e lucros das pessoas jurídicas. Com efeito, assim dispõe o art. 25 da referida Lei:

Lei 9.249, de 26/12/1995 "Art. 25. os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na determinação do lucro real das pessoas jurídicas correspondente ao balanço levantado em 31 de dezembro de cada ano. (...).

(...)"

15.4. Por meio do art. 26 da mesma Lei, permitiu-se compensar o imposto de renda incidente no exterior com o imposto devido pela pessoa jurídica no Brasil, nos seguintes termos:

"Art. 26. A pessoa jurídica poderá compensar o imposto de renda incidente, no exterior, sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital, computados no lucro real, até o limite do imposto de renda incidente no Brasil, sobre os referidos lucros, rendimentos ou ganhos de capital.

§ 1º. Para efeito de determinação do limite fixado no caput, o imposto incidente, no Brasil, correspondente aos lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos no exterior, será proporcional ao total do imposto e adicional devidos pela pessoa jurídica no Brasil.

(...)

15.5. No mesmo diapasão, vale reproduzir o teor dos arts. 394 e 395 do RIR/99 (Decreto 3.000, de 26/03/99), que assim estabelecem:

(...)

15.6. Como se depreende dos textos legais acima transcritos, especialmente do art. 26 (caput e §1º) da Lei n.º 9.249/95 e do art. 395 (caput e § 1º) do RIR/99, há um limite para a utilização do imposto de renda incidente (pago ou retido na fonte) no exterior, e esse limite equivale ao valor do imposto de renda incidente, no Brasil, sobre os correspondentes lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos no exterior, proporcionalmente ao total do imposto e adicional devidos pela pessoa jurídica no Brasil.

15.7. Ocorre que, no caso em tela, o requerente apurou o valor de R\$ 69.986.733,00 a título de IRPJ devido no final do exercício em questão (Registro N 630 da ECF do período de escrituração de 2015 - fl. 489). A legislação acima citada disciplina que o Imposto sobre a Renda pago no Exterior somente pode ser utilizado para deduzir o Imposto de Renda e CSLL devidos no período.

15.8. Desse modo, conclui-se que o limite para a utilização do imposto de renda incidente no exterior é R\$ 69.986.733,00, ou seja, o valor do imposto devido, conforme legislação citada.

15.9. Importante salientar que, exatamente em função dessa impossibilidade de se compensar o imposto incidente no exterior, nos casos em que a pessoa jurídica, no Brasil, tenha apurado prejuízo fiscal no respectivo período ou tenha apurado imposto devido menor que o imposto retido na fonte, possibilitou-se que tal compensação seja feita em anos-calendário subsequentes (art. 14, § 15, da Instrução Normativa SRF nº 213, de 07/10/2002), devendo o montante a compensar ser controlado na "Parte B" do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR (art. 14, §16, da mesma Instrução Normativa). Tudo isso, evidentemente, caso atendidos os demais requisitos estabelecidos na legislação para que seja viável essa utilização.

15.10. Note-se que, na Manifestação de Inconformidade (fls. 329/368), o requerente tenta alargar este limite alegando que uma parte do indicado no perdcomp como Imposto Pago no exterior (R\$ 482.018.142,46) seriam, na verdade, antecipações mensais de IRPJ dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Porém, ele

mesmo afirma a seguir que tais antecipações "foram quitadas pela Defendente com saldo decorrente de imposto de renda pago por suas subsidiárias...". Deste modo, tais valores também se submetem ao limite do IR devido.

16. Análise da documentação apresentada

16.1. No Termo de Início de Diligência Fiscal (fls. 28/30) foram apresentados dez quesitos para serem respondidos com comprovação documental pelo requerente.

Tais questões demandavam que o interessado comprovasse:

- o efetivo pagamento do Imposto pago no Exterior,
- o oferecimento à tributação da receita correspondente e
- sua participação nas empresas que efetuaram o suposto pagamento.

16.2. Por óbvio, para que o imposto pago no exterior possa ser utilizado para compensar o IR devido, há de se comprovar as três situações. Começaremos com a mais problemática no caso em tela - participação nas empresas.

16.3. O Art. 87, da lei nº 12.973/2014, especifica que o contribuinte poderá deduzir, na proporção de sua participação, o tributo sobre a renda pago no exterior pela controlada direta ou indireta, incidente sobre as parcelas positivas computadas na determinação do lucro real da controladora no Brasil, até o limite dos tributos sobre a renda incidentes no Brasil sobre referidas parcelas.

16.4. Para confirmar que a empresa é controlada ou coligada e qual a participação do contribuinte na empresa, a Ambev S/A foi intimada a apresentar documentos que comprovassem a participação direta ou indireta nas controladas/coligadas, estatuto social das mesmas e organograma do grupo (itens 7, 8 e 9 do termo de início de procedimento fiscal.)

"7. Se aplicável, documentos (originais e traduzidos por tradutor juramentado)

que comprovem a participação direta ou indireta do contribuinte nas empresas das quais apresentar supostos pagamentos de Impostos sobre a Renda, e/ou tenham auferido lucros no ano-calendário de 2015;

8. Se aplicável, estatuto social (originais e traduzidos por tradutor juramentado)

das empresas das quais a contribuinte apresentar supostos pagamentos de Impostos sobre a Renda e/ou tenham auferido lucros no ano-calendário de 2015;

9. Se aplicável, organograma com as empresas das quais o contribuinte apresentar supostos pagamentos de Impostos sobre a Renda, e/ou tenham auferido lucros no ano-calendário de 2015 e a participação em cada uma delas.

16.5. Na resposta de fls. 37/40, o requerente afirma que o documento hábil para dirimir esta questão é a "parcela do formulário 20-F traduzido para o português, devidamente protocolado para fins de atendimento às exigências da Securities and Exchange Commission (SEC) para o ano-calendário 2014 ("outros_17" - fls. 295/298). ora, tal documento, apesar de apresentar um organograma das empresas coligadas a AMBEV S/A, não é suficiente para substituir todos os documentos exigidos no Termo de Início de procedimento Fiscal. Digno de nota que, ao apresentar a manifestação de inconformidade, o requerente junta documentos societários de algumas empresas, já concordando que o documento entregue anteriormente não era suficiente.

16.6. Note-se, nesse sentido, que o contribuinte não havia apresentado os documentos pedidos na intimação (fls. 28/30), deixando de atender aos arts. 911, 927, 928 do Decreto 3.000, de 26 de março de 1999, que diz o seguinte:

(...)

16.7. Já na Manifestação de Inconformidade, o contribuinte informou que apresentou os atos societários nos seguintes arquivos:

- Documentos Comprobatórios - Outros - Doc_Comprobatórios 002 - fls. 593/765 - Documentos em língua estrangeira.

- Documentos Comprobatórios - Outros - Doc_Comprobatórios 003 - fls. 766/983 - documentos em língua estrangeira.

- Documentos Comprobatórios - Outros - Doc_Comprobatórios 004 –

1. Fls. 984/1099 – Documentos em língua estrangeira.
2. Fls. 1100/1107 - Atas das Assembleias da PRAD AB de 01/09/2011 e de 02/04/2012 – Estocolmo - Acionista - Latin America South Investments S.L. (Original e Tradução - Elizabeth Rayes - Tradutora Pública Juramentada de Inglês para Português)
3. Fls. 1108/1125 - Atas das Assembleias da Austral Beverage Company AB de 31/07/2012, 25/11/2012, 28/06/2013 – Estocolmo - Acionista - Latin America South Investments S.L. (Original e Tradução - Elizabeth Rayes - Tradutora Pública Juramentada de Inglês para Português)
4. Fls. 1126/1239 - Documentos em língua estrangeira.

- Documentos Comprobatórios - Outros - Doc_Comprobatórios 005 - Documentos em língua estrangeira - 1240/1414.

16.8. Conforme relação anterior, os documentos apresentados são as atas de assembleias da PRAD AB de 01/09/2011 e de 02/04/2012 e da Austral Beverage Company AB de 31/07/2012, 25/11/2012, 28/06/2013, que comprovam a participação da Latin America South Investments S.L. nas mesmas. Porém, não existe qualquer documento que comprove a ligação AMBEV S/A com a Latin America South Investments S.L. E ainda, tais atas são de períodos bem anteriores a 2015 ou dos períodos nas quais a empresa pretende utilizar o suposto IR pago no exterior e as participações nas empresas podem variar.

16.9. Os demais documentos foram apresentados em língua estrangeira. Cumpre destacar que, para terem sua validade reconhecida, documentos em língua estrangeira devem preencher os requisitos do art. 224, do Código Civil de 2002, do art. 192 do Código de processo Civil, dos arts. 129 e 148, da Lei nº 6.015/1973, e do art. 18 do Decreto nº 13.609/1943, a seguir transcritos, com amparo no art. 13 da Constituição Federal:

(...)

16.10. À luz dos diplomas legais retromencionados, infere-se que a legislação impõe uma série de condições para que documentos e, mais especificamente no caso em comento, provas documentais redigidas em idioma estrangeiro, tenham validade no Brasil e em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal.

16.11. No caso tem tela, a impugnante, como já citado, não apresentou a tradução para a língua portuguesa. Nesse sentido, reportamo-nos a Acórdão proferido pelo Conselho de Contribuintes, cuja ementa trazemos a seguir:

(...)

16.12. Importante salientar que é responsabilidade do sujeito passivo a demonstração da certeza e liquidez do suposto crédito tributário junto a RFB, portanto cabe ao contribuinte comprovar sua participação na empresa da qual pretende utilizar o IR pago no Exterior, isto é, os laços societários entre as diversas empresas. Para tanto, deve apresentar documentos de acordo com a legislação vigente de todos os elos de sua rede de controladas, da AMBEV até as empresas das quais pretende utilizar tal imposto. Pois só assim é possível calcular a participação da AMBEV em tais empresas.

16.13. Assim, não foi possível confirmar a participação da AMBEV S/A nas empresas das quais pretende utilizar o suposto pagamento de IR efetuado no Exterior para deduzir do IR devido no ano-calendário de 2015.

17. Apresentação dos Balanços - Item 10 do Termo de Início de procedimento Fiscal

Decreto 3.000, de 26 de Março de 1999- RIR/99

Art. 395. A pessoa jurídica poderá compensar o imposto de renda incidente, no exterior, sobre os lucros, rendimentos, ganhos de capital e receitas decorrentes da prestação de serviços efetuada diretamente, computados no lucro real, até o limite do imposto de renda incidente, no Brasil, sobre os referidos lucros, rendimentos, ganhos de capital e receitas de prestação de serviços (Lei nº 9.249, de 1995, art. 26, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 15).

(...)

§ 4º Para efeito da compensação do imposto referido neste artigo, com relação aos lucros, a pessoa jurídica deverá apresentar as demonstrações financeiras correspondentes, exceto na hipótese do inciso II do § 10 do art. 394 (Lei nº 9.430, de 1996, art. 16, § 2º, inciso I).

(...)

17.1. Considerando a legislação acima, a contribuinte foi intimada a apresentar Demonstrações Financeiras das empresas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, das quais a contribuinte apresentar supostos pagamentos de Imposto sobre a Renda no exterior. (item 10 do Termo de Início de procedimento Fiscal).

17.2. De acordo com a Resposta à Intimação de 19/07/2017, fls. 37/40, as Demonstrações Financeiras das controladas ou coligadas encontram-se nos Documentos Comprobatórios - Outros - Outros 17, 18 e 19, às fls. 295/306 do presente processo.

17.3. Entretanto, os documentos apresentados estão em língua estrangeira. Portanto, não estão de acordo com a legislação vigente no País.

17.4. Já na Manifestação de Inconformidade, o contribuinte informou que as Demonstrações Financeiras elaboradas por suas subsidiárias em 2014 estavam juntadas nos Doc Comprobatórios 0006 e Doc Comprobatórios 0007 (fls. 1415/1970). Que são os seguintes:

- 1) Às fls. 1415/1546 - encontram-se as Demonstrações Financeiras da AMBEV S A do AC 2014.
- 2) Às fls. 1547/1570 - Documentos da Ambev Luxembourg S a r l, em língua estrangeira.
- 3) Às fls. 1571/1586 - Balanço Patrimonial da Ambev Luxembourg S a r l em 31/12/2014 – Traduzido – Tradutor Juramentado. De acordo com a tradução “As notas em anexo são parte integral das contas anuais”, porém estas não foram enviadas a RFB.
- 4) Às fls. 1587/1589 - Documento em língua estrangeira.
- 5) Às fls. 1590/1603 - Documentos da Linthal S A de 31/12/2014 em língua estrangeira.
- 6) Às fls. 1604/1610 - Linthal S A – Declaração de Posição Financeira de 31/12/2014 em Dólares Americanos – Traduzido – Segundo o documento a Linthal S A Não Pagou

Imposto de Renda no Período. Não foi enviada a RFB a tradução dos documentos completos da Linthal S A.

- 7) Às fls. 1611/1658 – Latin America South Investment, S L – 31/12/2014 em língua estrangeira.
- 8) Às fls. 1659/1668- Latin America South Investment, S L – 31/12/2014 – Balanço – Traduzido. Não foi enviada a RFB a tradução dos documentos completos da empresa e consta a seguinte tradução “As notas 1 a 18 são parte integrantes destas contas anuais.”
- 9) Às fls. 1670/1949 - Documentos em língua estrangeira.
- 10) Às fls. 1650/1965 – Tenedora CND, S A - Documento em língua estrangeira.
- 11) Às fls. 1966/1970 – Tenedora CND, S A - Balanço Geral – 31/12/2014 – em RD\$ - Traduzido - Não foi enviada a RFB a tradução dos documentos completos da empresa e consta a seguinte tradução “As notas às demonstrações financeiras são parte integral dos mesmos.”

17.5. Conforme pode ser observado nos itens 1 a 11 do Parágrafo anterior, somente os documentos dos itens 3, 6, 8 e 11 estão em Língua Portuguesa. lembrando que o art. 192 do CPC (...) só admite documento em língua estrangeira quando acompanhado de versão para a língua portuguesa, tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmado pro tradutor juramentado.

17.6. Ademais, tais documentos esbarram novamente na questão da falta de comprovação da participação da AMBEV em tais empresas.

18. Pagamento do Imposto Pago no Exterior - itens 3 e 4 do Termo de Início de Procedimento Fiscal 18.1. Apesar da AMBEV S/A não ter comprovado a sua participação em nenhuma controlada, conforme já explicitado no item 16 do presente despacho decisório, e de este fato já ser suficiente para indeferir o pleito do interessado, procederemos à análise não exaustiva de alguns documentos entregues pelo contribuinte como sendo comprovantes de pagamento de imposto sobre a renda pago no exterior.

18.2. Assim, a seguir incluímos o enquadramento legal deste tópico.

[Transcrição parcial da Lei n.º 12.973, de 2014; Instrução Normativa RFB nº 1.520, de 08/12/2014, com as alterações da IN RFB nº 1.577, de 31/07/2015, 1.674, de 28/11/2016 e 1.772, de 21/12/2017]

18.3. Considerando a legislação acima mencionada, o contribuinte foi intimado a apresentar os comprovantes de pagamento do Imposto sobre a Renda Pago no Exterior.

18.4. Na resposta à intimação, o contribuinte informou que pretendia utilizar os supostos pagamento de IR no Exterior das seguintes empresas (resumo do demonstrativo de fls. 19/22 - documentos comprobatórios - outros - outros_01).

Empresa	País	Documentos
Cervejaria Boliviana Nacional	Bolívia	Outros_11
Cerveceria Paraguaya	Paraguai	Outros_13
Cerveceria Y Malteria Quilmes	Argentina	Outros_5; Outros_6, Outros_7; Outros_8; Outros_9; Outros_10,
CND	Rep Dominicana	Outros_19
FNC	Uruguai	Outros_12
Guinness Canadá Limited	Canadá	Outros_04

18.5. Porém, a maioria dos documentos apresentados não está de acordo com a legislação em vigor, conforme pode ser verificado:

- Nenhum documentos está acompanhado de tradução para a língua portuguesa realizada por tradutor juramentado, portanto não respeita o art. 25, da IN RFB nº 1.520, de 08/12/2014, e o art. 192, do CPC;
- Os comprovantes referentes a Cerveceria Paraguaya, CND, FNC e Guinness Canadá Limited não estão reconhecidos pelo respectivo órgão arrecador e pelo Consulado da

Embaixada brasileira no país em que for devido o imposto, em desacordo com a IN 1.520, §5º, e Lei 12.973/2014, § 9º;

- Com relação a Cervceria Y Malteria Quilmes SAICA Y G - foram apresentados documentos de Solicitação de Compensação, porém tais documentos não comprovam a o deferimento da referida compensação.

18.7. Sendo assim, tais documentos não apresentam consistência documental e legal para comprovarem o IR pago no exterior.

19. Conclusão

19.1. Por todo o anteriormente exposto, e considerando-se que:

- não foi possível verificar qual a participação da AMBEV S/A nas empresas das quais pretende utilizar o suposto IR pago no exterior;
- os documentos redigidos em língua estrangeira somente poderão ser juntados aos autos quando acompanhados de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado;
- é responsabilidade do contribuinte a demonstração da liquidez e certeza do suposto crédito tributário junto a RFB, acompanhada de provas hábeis.

19.2. NÃO foi comprovada a existência de Saldo Negativo de IRPJ no AC 2015.

Deste modo, o valor do Saldo Negativo de IRPJ (ano-calendário 2015) aqui pleiteado será recalculado, somente para efeito de cálculo do direito creditório, conforme demonstra-se a seguir:

	VALOR DECLARADO	VALOR RECALCULADO
IRPJ devido (declarado na ECF)	69.986.733,54	69.986.733,54
(-) IR Retido na Fonte (PERDCOMP com informação do crédito)	31.362.237,74	31.362.237,74
(-) IR Pago no Exterior (PERDCOMP com informação do crédito)	451.001.220,91	0,00
(=) IRPJ a pagar	-412.376.725,11	38.624.495,80

Decisão

(...)

- NÃO RECONHEÇO o direito creditório de AMBEV S/A, CNPJ (...), referente ao Saldo Negativo de IRPJ do Ano-Calendário 2015;
- NÃO HOMOLOGO as compensações declaradas nos PERDCOMP abaixo relacionados:

(...)"

5. Cientificada do Despacho Decisório em 10 de agosto de 2018, fl. 8.389, a interessada apresentou manifestação de Inconformidade em 11/09/2018, fls. 8.397/8.430 dos autos, com as seguintes razões de fato e de direito.

5.1. Afirma que os saldos negativos de IRPJ e CSLL do período decorreram das deduções, nas apurações anuais, das antecipações mensais, do imposto de renda pago no exterior e do imposto de renda retido na fonte, no caso do IRPJ.

5.2. Alega que autoridade fiscal proferiu os novos Despacho Decisórios sem solicitar outros documentos ou esclarecimentos à defendente. Em suas palavras:

"9. Em síntese, a D. Fiscalização entendeu que a Defendente (i) teria excedido o limite legal para a dedução do imposto de renda pago no exterior; e (ii) não teria comprovado as parcelas de antecipações mensais e de imposto de renda pago no exterior, que compuseram o saldo negativo.

9.1. Entendeu a D. Fiscalização que a Defendente excedeu o limite de dedução do imposto de renda pago no exterior previsto no artigo 26, §1º, da Lei 9.249/95 e artigos 394 e 395 do RIR/99.

9.2. Quanto às parcelas de composição do saldo negativo, a D. Fiscalização entendeu que os documentos apresentados pela Defendente nos autos não seriam suficientes para comprovar a existência de imposto pago no exterior passível de compensação no ano-calendário de 2015 (seja com antecipações mensais, seja no ajuste anual), especialmente por não terem sido apresentados documentos traduzidos e consularizados.

9.3. Ainda, em relação ao Processo de CSLL, a D. Fiscalização consignou que a dedução do imposto pago no exterior da CSLL devida somente é possível quando identificado saldo do referido imposto após a dedução do IRPJ devido. Sob esta ótica e, não tendo reconhecido a existência de imposto pago no exterior passível de compensação no Processo de IRPJ, entendeu a D. Fiscalização que não haveria que se falar em compensação de excedente no Processo de CSLL."

5.3. Requer a nulidade do Despacho Decisório, tendo em conta que, mesmo determinação expressada da D. DRJ, a D. Fiscalização deixou de utilizar de todos os seus poderes fiscalizatórios para analisar o crédito discutido nos autos. Em suas palavras:

"13. Ainda que assim não se entenda, a Defendente demonstrará que (i) não excedeu o limite legal de utilização do imposto de renda pago no exterior nas apurações do IRPJ ou da CSLL devidos no período; bem como que (ii) os valores de imposto pago no exterior utilizados no ano-calendário de 2015 correspondem a efetivos pagamentos realizados por empresas controladas da Defendente, considerados na proporção da participação societária da Defendente em referidas empresas e apurados na proporção da participação societária da Defendente em referidas empresas e apurados sobre lucros ou resultados efetivamente oferecidos à tributação no Brasil, conforme atestado em Laudo Técnico de Natureza Contábil ("Laudo", doc. 01), elaborado por KPMG ASSESSORES LTDA. ("KPMG") a partir da análise dos documentos da Defendente.

5.4. Diz que novos despachos decisórios foram proferidos para que os fatos relacionados aos créditos em discussão fossem investigados à exaustão pela Fiscalização, com base nos amplos poderes de que as autoridades dispõem. Em suas palavras:

"15. Isto porque, nos termos dos v. acórdãos proferidos pela D. DRJ, não se poderia admitir que apenas os órgãos julgadores (e não os de fiscalização), após a instauração do contencioso administrativo, fiquem responsáveis pelas análises dos elementos de fato e de direito que determinam a relação jurídica entre o Fisco e contribuinte.

16. Tendo-se em conta que o norte do processo administrativo é a elucidação à exaustão das questões de fato e de direito que influenciam esta relação jurídica, a D. Fiscalização, que dispõe de amplos poderes fiscalizatórios, não poderia se afastar deste objetivo."

5.5. Transcreve os itens 41 a 44 dos acórdãos proferidos. Acrescenta que em diversos trechos dos novos despachos decisórios transparecem dúvidas sobre a possibilidade de os documentos constantes nos autos serem suficientes para a demonstração do imposto

pago no exterior, as quais poderiam ter sido solucionadas por meio de intimações complementares e pedidos de esclarecimentos.

5.6. Afirma que seu direito creditório não foi reconhecido sob o fundamento de que a contribuinte (i) teria excedido o limite de utilização do imposto de renda pago no exterior e (ii) não teria comprovado as parcelas de antecipações mensais e de imposto de renda pago no exterior, que compuseram o negativo. E continua:

"22. Como a própria D. Fiscalização destacou nos novos despachos decisórios, a discussão acerca do limite de dedução do imposto de renda pago no exterior tem relação com as antecipações mensais de IRPJ e CSLL apuradas durante o ano-calendário de 2015 e quitadas com saldo de imposto de renda pago no exterior e não utilizado em períodos anteriores nos termos da legislação."

5.7. Diz que apurou, no encerramento do ano-calendário de 2015, IRPJ (imposto e adicional) no valor de R\$ 69.986.733,54 (Linhas 3 e 4 do Registro N630, da ECF). Deste montante deduziu o Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF, as antecipações mensais (estimativas) e o imposto de renda pago no exterior. Em consequência, teria apurado um saldo negativo de IRPJ no valor de R\$ 513.390.380,19, valor este superior ao informado no PER/DCOMP, de R\$ 482.363.458,65, conforme demonstrativo que elabora:

ECF 2015	
Registro N630 – Apuração do IRPJ com base no lucro real	
Linhas 3 e 4 – IRPJ apurado (imposto e adicional)	R\$69.986.733,54
(-) Linha 20 – IRRF	R\$31.362.237,74
(-) Linha 24 – IRPJ mensal - antecipações	R\$482.018.142,46
(-) Imposto de renda pago no exterior e deduzido no ajuste anual	R\$69.986.733,53
(=) Saldo Negativo de IRPJ 2015	R\$513.380.380,19

5.8. Aduz que o novo despacho decisório confirmou o IRRF, sobre o qual não há qualquer discussão. Também não questiona a apuração do IRPJ e do adicional devidos. Assim, questiona o tratamento dados às antecipações mensais e à dedução do imposto de renda pago no exterior.

5.9. No que se refere às antecipações mensais do IRPJ, afirma que:

"30. Quanto ao IRPJ mensal apurado, o valor considerado na composição do crédito diz respeito às antecipações mensais de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, apuradas pela Defendente consoante o declarado no Registro N620 da ECF 2015 (já juntado aos autos):"

ECF 2015		
Registro N620 – Apuração do IRPJ mensal		
A09 – Setembro	Linha 20.01 – IR devido no mês	R\$74.335.145,60
A10 – Outubro	Linha 20.01 – IR devido no mês	R\$128.884.195,05
A11 – Novembro	Linha 20.01 – IR devido no mês	R\$91.146.009,78
A12 - Dezembro	Linha 20.01 – IR devido no mês	R\$187.652.522,03
Total		R\$482.018.142,46

31. Referidas antecipações mensais foram quitadas pela Defendente com saldo decorrente de imposto de renda pago no exterior por suas subsidiárias referente a anos-calendário anteriores que não foi utilizado para dedução do IRPJ e da CSLL devidos nos respectivos períodos e que, portanto, constava na parte B do LALUR da Defendente.

5.10. Descreve os registros efetuados na conta "506003 da Parte B do LALUR da ECF 2014". Relata que no ano-calendário de 2014 escriturou imposto de renda pago no exterior por suas subsidiárias proporcional à incidência do IRPJ e não utilizado para dedução do imposto naquele período, no valor de R\$ 666.196.014,54. Em 2015 utilizou-se de parte deste valor, para extinção das estimativas do meses de setembro a dezembro (AC 2015) resultando num saldo de **R\$ 184.177.872,08**. Veja-se nos demonstrativos:

LALUR - Parte B				
Nome Empresarial:		AMBEV S.A.		
Período da Escrituração:		01/01/2014 a 31/12/2014		CNPJ: 07.526.557/0001-00 SCP:
Código/Descrição da Conta:	506003	Imposto de Renda pago no Exterior		
Histórico	Débito	Crédito	Saldo	
de Dezembro de 2014. (Lançamento entre contas)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00 D
Valor ref. imposto pago no exterior ref.	R\$ 666.196.014,54	R\$ 0,00	R\$ 666.196.014,54 D	

LALUR - Parte B				
Nome Empresarial:		AMBEV S.A.		
Período da Escrituração:		01/01/2015 a 31/12/2015		CNPJ: 07.526.557/0001-00 SCP:
Código/Descrição da Conta:	506003	Imposto de Renda pago no Exterior		
Histórico	Débito	Crédito	Saldo	
Compensação com estimativa de Setembro de	R\$ 0,00	R\$ 74.335.415,60	R\$ 591.860.598,94 D	
Compensação com estimativa de Outubro de	R\$ 0,00	R\$ 128.884.195,05	R\$ 462.976.403,89 D	
Compensação com estimativa de Novembro de	R\$ 0,00	R\$ 91.146.009,78	R\$ 371.830.394,11 D	
Compensação com estimativa de Dezembro de	R\$ 0,00	R\$ 187.652.522,03	R\$ 184.177.872,08 D	

5.11. Diz que os montantes das estimativas dos meses de setembro a dezembro do ano-calendário de 2015, de R\$ 482.018.146,48, foram quitados com utilização do saldo disponível na conta 506003 da Parte B do Lalur, correspondente a imposto de renda pago no exterior de exercícios anteriores e não utilizados.

5.12. E continua:

"35. Diga-se que por limitação nos campos de preenchimento dos formulários eletrônicos de pedido de Restituição/Declaração de Compensação (PER/DCOMP"), a Defendente não conseguiu informar propriamente o valor acima como decorrente do pagamento de antecipações mensais, motivo pelo qual o valor foi informado como "imposto de renda pago no exterior" no PER/DCOMP, e foi assim tratado no novo despacho decisório."

5.13. Afirma que no ano-calendário de 2015 apurou IRPJ devido de R\$ 69.986.733,53 e que no ajuste anual utilizou-se de imposto de renda pago no exterior, como dedução, de igual valor. E continua:

"38. Nesse passo, registre-se que os valores de imposto de renda no exterior referente ao próprio ano-calendário de 2015 (na proporção correspondente ao IRPJ, lançados nas linhas 16.01 e 19 do Registro N630 da ECF 2015), num total de R\$ 1.565.174.377,36, foram lançados em 31/12/2015 na conta 506003 da parte B do LALUR da ECF 2015 na Parte B do Lalur, descontando-se o montante de R\$ 69.986.733,53 utilizado no próprio ano:

LALUR - Parte B			
Nome Empresarial:	AMBEV S.A.		
Período da Escrituração:	01/01/2015 a 31/12/2015	CNPJ:	07.526.557/0001-00 SCP:
Compensação com estimativa de Dezembro de	R\$ 0,00	R\$ 187.652.522,03	R\$ 184.177.872,08 D
Valor compensado no Imposto de Renda - Ajuste	R\$ 0,00	R\$ 69.986.733,53	R\$ 114.191.138,55 D
Valor ref. imposto pago no exterior ref. 2015 a	R\$ 1.565.174.377,67	R\$ 0,00	R\$ 1.679.365.516,22 D

39. Como se depreende da explicação acima, a Defendente deduziu no ajuste anual do IRPJ de 2015 o valor de R\$ 69.986.733,53 de imposto de renda pago no exterior, valor este que atende ao limite argüido pela D. Fiscalização. "

5.14. No ano-calendário de 2015 apurou CSLL devida no valor de R\$ 10.637.728,52, consoante Linha 4 do Registro N670 da ECF. Desse montante deduziu antecipações mensais da contribuição (Linha 19, Registro N670, ECF 2016) e imposto de renda pago no exterior. Em consequência, apurou um saldo negativo no valor de R\$ 230.376.092,60

ECF 2015	
Registro N670 – Apuração da CSLL com base no lucro real	
Linha 4 – CSLL apurada	R\$10.637.728,52
(-) Linha 19 – CSLL mensal - antecipações	R\$230.376.092,60

(-) Imposto de renda pago no exterior e deduzido no ajuste anual	R\$10.637.728,52
(=) Saldo Negativo de CSLL 2015	R\$230.376.092,60

5.15. No que se refere às antecipações mensais (CSLL), considerou o valor de R\$ 230.376.092,60, conforme declarado no Registro N660, ECF 2015, juntado aos autos:

ECF 2015		
Registro N660 – Apuração da CSLL mensal		
A09 – Setembro	Linha 12.01 – CSLL devida no mês	R\$40.371.962,77
A10 – Outubro	Linha 12.01 – CSLL devida no mês	R\$57.980.864,32
A11 – Novembro	Linha 12.01 – CSLL devida no mês	R\$47.175.082,38
A12 - Dezembro	Linha 12.01 – CSLL devida no mês	R\$84.848.183,13
Total		R\$230.376.092,60

5.16. Aduz que as antecipações mensais da CSLL foram quitadas com saldo de imposto de renda pago no exterior por suas subsidiárias, relativo a períodos anteriores em que não se utilizou para dedução do IRPJ devido nos respectivos períodos e que constava na Parte B do LALUR.

5.17. Esclarece que em 31/12/2014 registrou na "Conta 506003 da Parte B do LACS da ECF 2014" o valor correspondente a pagamento de imposto de renda no exterior por suas subsidiárias, proporcional à incidência da CSLL, não utilizado para dedução da contribuição daquele ano, no montante de R\$ 239.830.565,23:

LACS - Parte B				
Nome Empresarial:		AMBEV S.A.		
Período da Escrituração:		01/01/2014 a 31/12/2014	CNPJ: 07.526.557/0001-00	SCP:
Código/Descrição da Conta: 506003 Imposto de Renda pago no Exterior				
Histórico	Débito	Crédito	Saldo	
de Dezembro de 2014. (Lançamento)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00 D	
Valor ref. imposto pago no exterior ref.	R\$ 239.830.565,23	R\$ 0,00	R\$ 239.830.565,23 D	

5.18. Continua e diz que no ano-calendário de 2015 descontou do referido saldo os valores relativos às antecipações mensais de setembro a dezembro, conforme lançamentos na Parte B do LACS da ECF 2015:

LACS - Parte B				
Nome Empresarial:		AMBEV S.A.		
Período da Escrituração:		01/01/2015 a 31/12/2015	CNPJ: 07.526.557/0001-00	SCP:
Código/Descrição da Conta: 506003 Imposto de Renda pago no Exterior				
Histórico	Débito	Crédito	Saldo	
Compensação com estimativa de Setembro de	R\$ 0,00	R\$ 40.371.962,77	R\$ 199.458.602,46 D	
Compensação com estimativa de Outubro de	R\$ 0,00	R\$ 57.980.864,32	R\$ 141.477.738,14 D	
Compensação com estimativa de Novembro de	R\$ 0,00	R\$ 47.175.082,38	R\$ 94.302.655,76 D	
Compensação com estimativa de Dezembro de	R\$ 0,00	R\$ 84.848.183,13	R\$ 9.454.472,63 D	

5.19. Dessa forma, as antecipações mensais da CSLL foram quitadas com parte do saldo disponível na conta 506003 da Parte B do LACS, relativo a imposto de renda pago no exterior de exercícios anteriores, não utilizados. E continua:

"50. Diga-se que, como no caso do IRPJ, por limitação dos campos de preenchimento dos formulários eletrônicos de PER/DCOMP, a Defendente não conseguiu informar propriamente o valor acima como decorrente do pagamento de antecipações mensais, motivo pelo qual o valor foi informado como "imposto de renda pago no exterior" no PER/DCOMP, e foi assim tratado no novo despacho decisório."

5.20. E continua:

"51. Com base no Lucro Real anual do ano-calendário de 2015, a Defendente apurou R\$ 10.637.728,52 de CSLL devida (Linha 04 do já citado Registro N670, da ECF referente ao ano-calendário de 2015).

52. Observado este limite, a Defendente deduziu do ajuste anual da CSLL o valor de R\$ 10.637.728,52 a título de imposto de renda pago no exterior no próprio ano-calendário de 2015.

53. Nesse passo, registre-se que os valores de imposto de renda no exterior referente ao próprio ano-calendário de 2015 (na proporção correspondente ao IRPJ, lançados na linha 19, do Registro N670 da ECF 2015), num total de R\$ 563.462.775,96, foram lançados em 31/12/2015 na conta 506003 da parte B do LACS da ECF 2015 (já juntado aos autos), descontando-se o montante de R\$ 10.637.728,52 utilizado no próprio ano:

LACS - Parte B				
Nome Empresarial:		AMBEV S.A.		
Período da Escrituração:		01/01/2015 a 31/12/2015	CNPJ: 07.526.557/0001-00	SCP:
Compensação com estimativa de Dezembro de	R\$ 0,00	R\$ 84.848.183,13	R\$ 9.454.472,63 D	
Valor compensado na Contribuição Social deste	R\$ 0,00	R\$ 10.637.728,52	-R\$ 1.183.255,89 C	
Valor ref. imposto pago no exterior ref. 2015 a	R\$ 563.462.775,96	R\$ 0,00	R\$ 562.279.520,07 D	

54. Como se depreende da explicação acima, a Defendente deduziu no ajuste anual da CSLL de 2015 o valor de R\$ 10.637.728,52 de imposto de renda pago no exterior, valor este que atende ao limite argüido pela D. Fiscalização."

5.21. Aduz que autoridade fiscal, ao afirmar que a contribuinte teria excedido o limite para dedução do imposto de renda pago no exterior, considerou, além dos valores do imposto no exterior usado no próprio ano-calendário de 2015, deduzidos na apuração anual, também os valores das antecipações mensais. Em suas palavras:

"56.1. A D. Fiscalização argumenta que o limite previsto em dispositivos legais para a dedução do imposto de renda no exterior das apurações anuais do IRPJ e da CSLL também se aplicaria para as antecipações mensais quitadas com imposto de renda pago no exterior do período, mas não indica qual o fundamento legal para esta aplicação.

57. Ocorre que, ainda que as antecipações mensais de IRPJ e CSLL tenham sido quitadas com valores de imposto de renda pago no exterior (de períodos anteriores nos quais não foi possível deduzi-los e que, portanto, estavam controlados na Parte B do LALUR e do LACS, nos termos da IN 213/02, art. 14, §§ 15 e ss., e da IN 1.520/14, art. 30, §§ 14 e ss.), na condição de antecipações efetivamente pagas, tais valores não se submetem aos limites de dedução do imposto de renda pago no exterior.

58. Isto porque, como determinam os arts. 2º, §4º, IV e 28, da lei 9.430/96, os valores de IRPJ e CSLL pagos mensalmente por antecipação devem ser deduzidos no valor do IRPJ e da CSLL devidos na apuração anual para fins de determinação do imposto a pagar ou do crédito a ser compensado, verbis:

(...)

59. Ora, uma vez quitadas as antecipações mensais, é cediço que respectivos valores devem ser computados no saldo negativo do período, independentemente da forma escolhida pelo contribuinte para a quitação.

60. Também é importante que, neste caso, a legislação não prevê qualquer limite para dedução de antecipações mensais de IRPJ e CSLL efetivamente quitadas na apuração anual de referidos tributos.

61. R, justamente por não haver previsão legal de limitação, a D. Fiscalização não conseguiu indicar qual seria o fundamento legal para aplicar o limite previsto para a dedução do imposto de renda pago no exterior na apuração anual também para as antecipações mensais.

62. Diga-se, nesse sentido, que todos os Manuais de orientação do Leiaute da ECF (desde o aprovado pelo ADE Cofis nº 60/2015, passando pelos aprovados pelo ADE Cofis nº 46/2016 e ADE Cofis nº 30/2017, até o manual aprovado pelo ADE Cofis nº 52/2018) ao tratarem do preenchimento da linha correspondente à dedução das antecipações mensais de IRPJ e CSLL - i.e. linha 24 do Registro N630 e linha 229 do Registro N670, sempre determinaram o seguinte:

(...)

63. Diga-se que é precisamente na linha 24 do Registro N620 que se informa a quitação das antecipações mensais de IRPJ com imposto de renda pago no exterior de períodos anteriores, controlado na Parte B do LALUR, e é na linha 13 do Registro N660 que se informa a quitação das antecipações mensais de CSLL com base no imposto de renda pago em períodos anteriores e controlado na Parte B do LACS.

64. Em outras palavras, os valores do imposto de renda pago no exterior em períodos anteriores, utilizados para quitar as antecipações mensais de IRPJ (informados nas linhas 22 do Registro N620) e de CSLL (informados na linha 13 do registro N660) são

considerados pela própria Receita Federal do Brasil como valores de antecipações mensais efetivamente pagos (...) e, com isso, afasta as considerações da D. Fiscalização acerca da extrapolação dos limites.

(...)

66. Não há dúvidas de que os Manuais de Orientação do Leiaute da ECF são normas complementares de direito tributário, nos termos do inciso I, do art. 100, do CTN.

67. Diante disto, ainda que se considere, na mais remota hipótese que a Defendente excedeu os limites de utilização do imposto de renda pago no exterior argüidos pela D. Fiscalização, subsidiariamente, nos termos do parágrafo único de referido art. 100, do CTN, e art. 76, da Lei 4.502/64, ao menos deverão ser canceladas as cobranças de quaisquer penalidades, juros de mora e atualização do valor monetário dos tributos compensados, tendo em vista que a Defendente observou as instruções de referidos Manuais em seus procedimentos."

5.22. Faz um resumo de seus argumentos e demonstrativos, nos seguintes termos:

"68. Pois bem, não havendo que falar em excesso a limites legais, a Defendente demonstra:

(i) Que os saldos acima referidos das partes B do LALUR e do LACS em 2015, utilizados para quitar antecipações mensais de IRPJ e CSLL, de fato correspondem a imposto de renda pago no exterior em 2014 por empresas controladas da Defendente, considerados na proporção da participação nelas detida e apurado sobre lucros e resultados auferidos no exterior e efetivamente adicionados às bases do IRPJ e CSLL no respectivo anos-calendário e que não puderam ser utilizados nos respectivos períodos; bem como

(ii) que os valores deduzidos das apurações anuais de IRPJ e CSLL de fato correspondem a imposto de renda pago no exterior em 2015 por empresas controladas da Defendente, considerados na proporção da participação nelas detida e apurados sobre lucros e resultados auferidos no exterior e efetivamente adicionados às bases do IRPJ e da CSLL do ano-calendário de 2015.

69. Em suma, os valores registrados nas conta 506003 da Parte B são os seguintes:

Registro	LALUR	LACS	Total
31/12/2014	R\$666.196.014,54	R\$239.830.565,23	R\$906.026.579,77

70 Além deles, os valores de imposto de renda pago no exterior em 2015 deduzidos da apuração anual do IRPJ e da CSLL no ano-calendário de 2015 são os seguintes:

	IRPJ AC 2015	CSLL AC 2015	Total
2015	R\$69.986.733,53	R\$10.637.728,52,	R\$80.624.462,05

5.23. Argumenta que, diante da complexidade de sua árvore societária, extremamente ramificada, pela qual controla as empresas que pagaram referidos valores de imposto de renda no exterior, do volume dos documentos necessários para a demonstração do efetivo pagamento do imposto no exterior, bem como sua participação societária na empresa que efetuou o pagamento e a consideração dos respectivos lucros e resultados nas bases do IRPJ e da CSLL apurados no Brasil, contratou empresa de auditoria independente (KPMG) para elaboração de laudo (doc. 01), cujas conclusões foram:

"Com base nos procedimentos de verificação acima descritos neste Laudo, concluímos que:

(i) Restou comprovado que a Ambev controla, direta ou indiretamente, as empresas no exterior que deram origem aos créditos de imposto pago no exterior durante os anos-calendário de 2014 e 2015 e que os lucros auferidos por estas empresas, sobre os quais referidos impostos foram pagos, foram tributados no Brasil em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

(ii) Tal comprovação pôde ser efetuada, inclusive, em relação às empresas controladas indiretas que constam no diagrama societário fornecido pela Ambev, por meio das demonstrações financeiras dos anos-calendário de 2014 e 2015, dos atos societários das referidas controladas e da planilha de cálculo de avaliação dos investimentos com base no método de equivalência patrimonial.

(iii) Com base no exame da documentação que nos foi apresentada, verificamos que o valor de R\$ 1.785.303.961,41 e R\$ 6.589.611.046,92 de lucros antes do imposto de renda apurados nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas diretas e indiretas nos anos-calendário de 2014 e 2015, respectivamente, encontram-se respaldados pelas demonstrações financeiras e foram objeto de adição fiscal ao lucro real e a base de cálculo da CSLL apurados pela Ambev nesses períodos.

(iv) Com base nas informações obtidas junto às firmas-membros da KPMG, localizadas no Canadá, Argentina Bolívia e Uruguai, bem como junto ao escritório parceiro situado no Paraguai, referente à legalidade dos documentos de arrecadação apresentados pela Ambev como comprovantes de quitação do imposto devido no exterior, constatamos o seguinte:

> Os comprovantes de arrecadação relativos à empresa Labatt Brewing, localizada no Canadá, são os previstos nas instruções emanadas pelas autoridades fiscais desse país.

> Os comprovantes de arrecadação relativos à empresa Cerveceria Y Malteria Quilmes SAICA Y G ("CMQ"), localizada na Argentina, são os legalmente previstos na legislação e instruções das autoridades fiscais desse país.

> Os comprovantes de arrecadação relativos à empresa Cerveceria Paraguay, localizada no Paraguai, são os previstos nas instruções emanadas pelas autoridades fiscais desse país.

> Os comprovantes de arrecadação relativos à empresa Cerveceria Boliviana, localizada na Bolívia, são os previstos nas instruções emanadas pelas autoridades fiscais desse país.

> Os comprovantes de arrecadação relativos à empresa F.N.C. localizados no Uruguai, são os previstos nas instruções emanadas pelas autoridades fiscais desse país. Cabe destacar, ainda, de que foi considerado para fins do presente Laudo, os valores relacionados ao imposto de renda (I.R.A.E), não sendo considerado como válidas, para fins de compensação com o imposto devido no Brasil, as parcelas relacionadas no imposto incidente sobre o patrimônio ("Impuesto Al Patrimonio Antecipo").

> As demonstrações financeiras apresentadas neste lado, bem como os documentos societários encontram-se devidamente traduzidos e consularizados; e

> Os comprovantes de pagamento, no montante total de R\$ 1.006.008.200,48 para o ano-calendário de 2014 e R\$ 343.398.614,41 para o ano-calendário de 2015, encontram-se devidamente consularizados e traduzidos.

> Especificamente quanto às utilizações dos impostos pagos no exterior nas compensações dos valores de IRPJ e CSLL devidos no Brasil, com base nas informações obtidas junto a referidas firmas-membros, bem como na legislação traduzida e acostada a este Laudo, foi possível constatar que a documentação juntada a este laudo é suficiente para comprovar documentalmente tais compensações."

5.24. No que se refere ao Imposto de Renda que teria sido pago no exterior durante o ano-calendário de 2014, afirma que consoante o Tópico VI do Laudo da KPMG, o imposto lançado na Parte B do LALUR e do LACS foi pago por sociedades nas quais ela mantém participação indireta, quais sejam:

- (i) Labatt Brewing Company Limited ("Labatt"), sediada no Canadá;
- (ii) Cerveceria y Malteria Quilmes S.A.I.C.A y G. ("CMQ"), sediada na Argentina;
- (iii) FNC S.A ("FNC"), sediada no Uruguai;
- (iv) Cerveceria Paraguaya S.A ("Paraguaya"), sediada no Paraguai; e (v) Cerveceria Boliviana Nacional S.A ("CBN"), sediada na Bolívia.

5.25. Apresenta diversos esclarecimentos, presentes nos itens 88 a 101 da manifestação de inconformidade, resumidos no Item V.3.c que se transcreve:

"73. Ainda, consoante referido Tópico VI do Laudo da KPMG, considerando-se a proporção da Defendente em referidas controladas, o valor do imposto de renda por elas pago no exterior em 2014, já convertido em Reais, foi de R\$ 1.006.008.200,48, valor mais do que suficiente para suportar os lançamentos totais de R\$ 906.026.579,77 nas Partes B do LALUR e do LACS da Defendente.

74. A composição por controlada deste valor está sumarizada no Quadro 23 do Tópico VI do Laudo da KPMG, abaixo transcrito:

Pagamentos de Impostos no Exterior - 2014		
Empresa	Moeda Local	Crédito em AmBev (Reais)
Cerveceria Boliviana Nacional S.A.	463.143.778,00	137.993.273,63
Cerveceria Paraguaya S. A.	72.714.170.052,00	32.733.692,33
Cerveceria Y Malteria Quilmes	1.100.857.123,62	312.832.213,54
FNC S.A.	327.255.764,00	30.362.191,58
Labatt Brewing	239.325.199,25	492.086.829,40
Pagamento Canadá - Federal	201.572.000,00	415.017.316,46
Pagamento Canadá - Quebec	28.200.000,00	58.061.081,52
Pagamento Canadá - Ontário	629.199,25	634.775,69
Pagamento Canadá - Alberta	8.924.000,00	18.373.655,73
Total	74.844.751.916,87	1.006.008.200,48

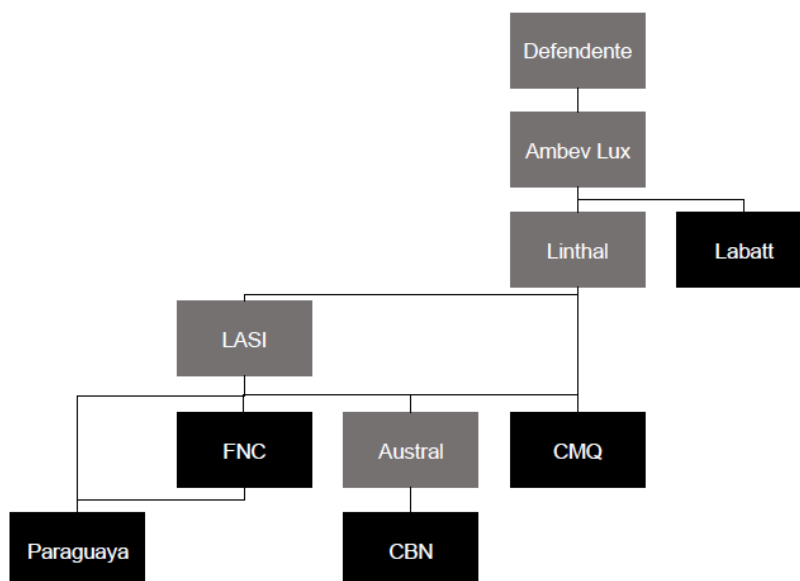
75. Além da composição por controlada, no Tópico em referência do Laudo a KPMG demonstrou a composição de referidos valores, pagamento a pagamento de cada controlada, bem como:

- (i) com auxílio de firmas-membro nos respectivos países, constatou que todos os comprovantes de arrecadação e/ou compensação correspondem aos documentos que são efetivamente utilizados para o pagamento do imposto de renda naquela localidade;
- (ii) acostou a legislação que respalda tal conclusão - devidamente traduzida por tradutores juramentados, com o devido registro da tradução;
- (iii) constatou que os documentos de arrecadação em si estão todos consularizados e traduzidos por tradutores juramentados, com o devido registro de tradução.

V.3.a. Participação societária da Defendente nas sociedades que pagaram imposto de renda no exterior.

76. Além de constatar a prova dos pagamentos do imposto de renda no exterior, a KPMG também constatou, com base nas respectivas demonstrações financeiras e documentos societários (consularizados e acompanhados da respectiva tradução juramentada, devidamente registrada), a participação da Defendente em empresas no exterior em 2014, especialmente nas que pagaram o imposto de renda no exterior em referido ano-calendário.

77. de fato, no Tópico IV do Laudo, a KPMG confirmou todas as participações societárias da Defendente no exterior, em especial as participações da Defendente nas empresas que pagaram imposto de renda no exterior em 2014, as quais podem ser ilustradas da seguinte forma:



78. Em decorrência da análise de referidos documentos, a KPMG constatou que, em 2014, a Defendente participa indiretamente, através da Ambev Lux, das empresas no exterior nas proporções indicadas no Quadro 14 do Tópico IV do Laudo:

Participação Societária Indiretas da Ambev em 31.12.2014					
Nível	Empresa	Local	Anexo	Ambev S.A.	
				Direta	Indireta
D	Ambev Luxemburgo	Luxemburgo		89,83%	
I.1	AMPAR	Bélgica		-	89,83%
I.1	CERBUCO	Canadá		-	89,83%
I.1	Labatt Brewing CO	Canadá		-	89,83%
I.1	Linthal ROU	Uruguai		-	89,83%
I.2	Brewers Distributor Limited	Canadá		-	52,80%
I.2	Brewers Retail	Canadá		-	41,07%
I.2	Bucanero	Cuba		-	44,92%
I.2	Guinness	Canadá		-	44,02%
I.2	LASI	Espanha		-	89,83%
I.3	Austral Beverage Company AB	Suécia		-	89,83%
I.3	Cerveceria Chile	Chile		-	89,83%
I.3	Cerveceria Paraguaya	Paraguai		-	78,47%
I.3	Cerveceria Y Malteria Quilmes	Argentina		-	89,61%
I.3	Eco de Los Andes	Argentina		-	44,01%
I.3	Fab. Paraguaya de Vidrios	Paraguai		-	89,57%
I.3	FNC	Uruguai		-	87,66%
I.3	Inv Bemberg Chile	Chile		-	89,83%
I.3	Oriental	Uruguai		-	89,83%
I.3	Publicidad Relator	Argentina		-	89,62%
I.3	Serviempres	Bolívia		-	89,83%
I.3	Cervepar	Paraguai		-	78,28%
I.4	Cerveceria Boliviana Nacional	Bolívia		-	95,37%

V.3.b. Efetiva adição às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL no Brasil do resultado das subsidiárias que pagaram imposto de renda no exterior em 2014.

79. Ainda, a KPMG constatou que, para o ano-calendário de 2014, a Defendente adicionou às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL o valor dos lucros auferidos por referidas empresas.

80. De fato, conforme Linha 10 da apuração do lucro real anual na Parte A do LALUR e do LACS da ECF, referente a 2014 (já juntados aos autos), da Defendente adicionou um valor de R\$ 2.795.752.162,51 a título de Lucros Disponibilizados no Exterior.

81. Para este ano-calendário (2014), a Defendente não optou pela antecipação dos efeitos das disposições da Lei 12.973/2014. Deste modo, a Defendente considerou em sua adição de lucros disponibilizados no exterior, conforme consolidados em suas controladas diretas, quais sejam Ambev Lux, Tenedora CND, S.A ("Tenedora") e Fratelli Vita Ltda. ("Fratelli"), tal como constatado pela KPMG no Tópico V do Laudo.

82. A controlada direta Dahlen S.A ("Dahlen") auferiu em 2014 pequeno resultado positivo, que foi absorvido por prejuízo do período imediatamente anterior, como também constatou a KPMG no Tópico IV do Laudo (item 4.1.3).

83. Aos valores correspondentes aos resultados consolidados por controlada direta acima referidos, a Defendente somou R\$ 1.010.448.201,09 a título de imposto pago do exterior (valor maior do que o efetivamente pago pelas controladas, nos termos acima referidos).

84. Em resumo, a composição da adição pode ser resumida da seguinte forma:

Ambev Lux	R\$1.520.487.907,65
Tenedora CND	R\$244.566.980,03
Fratelli	R\$20.249.073,73
Imposto Pago no Exterior	R\$1.010.448.201,09
Total	R\$2.795.752.162,51

85. As parcelas consolidadas foram calculadas com base na aplicação do percentual de participação detida pela Defendente, consoante demonstra o Quadro 19 do Tópico V do laudo, abaixo transcrito:

Descrição	Valor em R\$
Resultado Ambev Luxemburgo em 31.12.2014 (Lucro Líquido)	1.692.628.195,09
(x) Participação Societária Direta detida pela Ambev	89,83%
Lucros auferidos no exterior e tributados no Brasil Ambev Luxemburgo 1)	1.520.487.907,65

Descrição	Valor em R\$
Resultado Tenedora CND em 31.12.2015 (Lucro Líquido)	443.152.460,74
(x) Participação Societária Direta detida pela Ambev	55,19%
Lucros auferidos no exterior e tributados no Brasil Tenedora 1)	244.566.980,03

Descrição	Valor em R\$
Resultado Fratelli em 31.12.2015 (Lucro Líquido)	20.249.073,73
(x) Participação Societária Direta detida pela Ambev	100,00%
Lucros auferidos no exterior e tributados no Brasil Fratelli 1)	20.249.073,73
Total dos lucros auferidos no exterior e tributados no Brasil Σ 1)	1.785.303.961,41

86. Com base na memória de cálculo da equivalência patrimonial contabilizada pela Ambev Lux, a KPMG também constatou que o resultado desta empresa (efetivamente adicionado) englobou também os resultados auferidos pelas empresas CBN, Paraguay, CMQ, FNC e Labatt, que pagaram imposto de renda no exterior em 2014, e foram, portanto, efetivamente tributados pela Defendente no ano-calendário de 2014.

V.3.c. Conclusões quanto ao imposto de renda pago no exterior em 2014.

"87. Em suma restou demonstrado que:

(i) Os valores registrados nas Partes B do LALUR e do LACS da defendente correspondem a pagamentos de imposto de renda no exterior não utilizados no referido ano-calendário, feitos pelas empresas Labatt, CMQ, Paraguaya, FNC e CBN, e considerados na proporção em que tais empresas são detidas pela Defendente;

(ii) Os documentos que comprovam o pagamento ou a compensação de referidos valores de imposto de renda no exterior: (a) são aqueles utilizados para pagamento ou compensação do imposto de renda nos países de origem, tais como reconhecidos pelas firmas membro da KPMG e indicados na legislação dos respectivos países, acostada ao Laudo acompanhada da respectiva tradução juramentada; (b) tais documentos estão devidamente consularizados e traduzidos por tradutor juramentado, com a tradução devidamente registrada;

(iii) A Defendente efetivamente tem participação societária indireta em CBN, Paraguaya, CMQ, FNC e Labatt, empresas que pagaram imposto de renda no exterior em 2014; e (iv) Os lucros auferidos por CBN, Paraguaya, CMQ, FNC, e Labatt, empresas que pagaram imposto de renda no exterior em 2014, foram efetivamente tributados pela Defendente no ano-calendário de 2014, posto que compuseram a adição de lucros no exterior às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL no respectivo período."

5.26. No que se refere ao imposto de renda que teria sido pago no exterior, no ano-calendário de 2015, apresenta as seguintes razões de defesa, Itens 88 a 104, resumidas no Item V.4.c da manifestação de inconformidade:

"105. Em suma, restou demonstrado que:

(i) os valores registrados nas Partes B do LALUR e do LACS da Defendente correspondem a pagamentos de imposto de renda no exterior são utilizados no referido ano-calendário, feitos pelas empresas Ambev Dominicana/CND, Ampar, Bucareno, Cerbuco, CBN, Paraguaya, CMQ, Cervepar, CND, Eco de Los Andes, FNC, Guinness, Jalua, Labatt, Lascan, Pampa, Musa, Relator, Cympay e SVBL e considerados na proporção em que tais empresas são detidas pela Defendente;

(ii) Os documentos que comprovam o pagamento ou a compensação de referidos valores de imposto de renda no exterior: (a) são aqueles utilizados para pagamento ou compensação do imposto de renda nos países de origem, tais como reconhecidos pelas firmas membro da KPMG e indicados na legislação dos respectivos países, acostada ao Laudo acompanhada da respectiva tradução juramentada; (b) tais documentos estão devidamente consularizados e traduzidos por tradutor juramentado, com a tradução devidamente registrada;

(iii) A Defendente tem participação societária indireta em Ambev Dominicana/CND, Ampar, Bucanero, Cerbuco, CBN, Paraguaya, CMQ, Cervepar, CND, Eco de Los Andes, FNC, Guinness, Jalua, Labatt, Lascan, Pampa, Musa, Relator, Cymbay e SVBL, empresas que pagaram imposto de renda no exterior em 2015; e (iv) Os lucros auferidos por Ambev Dominicana/CND, Ampar, Bucanero, Cerbuco, CBN, Paraguaya, CMQ, Cervepar, CND, Eco de Los Andes, FNC, Guinness, Jalua, Labatt, Lascan, Pampa, Musa, Relator, Cympay e SVBL, empresas que pagaram imposto de renda no exterior em 2015, foram efetivamente tributados pela Defendente no ano-calendário de 2015, posto que compuseram a adição de lucros no exterior às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL no respectivo período.

5.27. Finaliza sua petição:

"VI - PEDIDO

106. Diante do exposto, pede a Defendente seja a presente manifestação de inconformidade acolhida, reconhecendo-se a nulidade dos novos despachos decisórios, por preterição de seu direito de defesa, mormente quanto à devida demonstração do imposto de renda pago no exterior.

107. Caso assim não se entenda, pede a Defendente seja a Manifestação de Inconformidade julgada e acolhida para reconhecer integralmente o direito creditório da Defendente e para que sejam homologadas todas as compensações declaradas com base no referido crédito, cancelando-se a cobrança dos respectivos débitos principais, das multas e dos juros sobre eles aplicáveis.

108. Subsidiariamente, caso se entenda pela aplicação do limite de dedução do imposto de renda pago no exterior também para as antecipações mensais, o que se admite para argumentar, pede sejam canceladas a cobrança de quaisquer penalidades, de juros de mora e a atualização do valor monetário dos tributos compensados, por aplicação do

parágrafo único do art. 100, do CTN, e art. 76, da Lei 4.502/64, uma vez que o procedimento adotado pelo Defendente está em linha com o disposto nos Manuais de Leitura da ECF, tais como previstos nos ADE Cofis nº 60/2015, ADE Cofis nº 56/2016, ADE Cofis nº 30/2017 e ADE Cofis nº 52/2018.

109. Nos termos do artigo 16, §4º, alínea "a" do Decreto 70.235/72, tendo em vista a complexidade dos fatos envolvidos na apuração de lucros auferidos no exterior, a Defendente protesta pela juntada posterior de documentos adicionais e complementares que julgue importantes para corroborar os fatos demonstrados.

110. Caso este órgão entenda necessário, poderá também determinar a realização de diligências e verificações que considerar relevantes à adequada verificação da prova, colocando-se a Defendente desde já à disposição para o fornecimento das informações que lhe forem solicitadas."

6. A contribuinte apresenta ainda o documento denominado "Laudo Técnico de Natureza Contábil", de fls. 8.503/8.560, o qual, para todos os efeitos de direito, é considerado como parte integrante da manifestação de inconformidade. Em consequência, todas as razões de fato e de direito constantes de tal documento são consideradas neste Acórdão.

A manifestação de inconformidade foi julgada parcialmente procedente pela primeira instância. Reproduzo a ementa do acórdão ora recorrido:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2015

NULIDADE. INOCORRÊNCIA.

São considerados nulos somente atos e termos lavrados por pessoa incompetente e despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa, nos termos do art. 59, incisos I e II, do Decreto nº 70.235, de 1972 (PAF), não havendo que se falar em nulidade quando observados os requisitos contidos no art. 142 do Código Tributário Nacional (CTN) bem como o disciplinamento do Processo Administrativo Fiscal (PAF).

INDÉBITO TRIBUTÁRIO. ÔNUS DA PROVA.

A prova do indébito tributário, fato jurídico a dar fundamento ao direito de repetição ou à compensação, compete ao sujeito passivo que teria efetuado o pagamento indevido ou maior que o devido.

PROVA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA. TRADUÇÃO JURAMENTADA.

Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa. O documento redigido em língua estrangeira somente pode ser validado como prova quando acompanhado de versão para a língua portuguesa firmada por tradutor juramentado.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO Ano-calendário: 2015
LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR. ADIÇÃO.

Os lucros auferidos no exterior devem ser computados na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL das pessoas jurídicas correspondente ao balanço levantado em 31 de dezembro de cada ano.

IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR. DEDUÇÃO. LIMITES.

O valor do tributo pago no exterior a ser deduzido, em cada período de apuração, não poderá exceder o montante do imposto de renda, inclusive adicional, e CSLL, devidos no Brasil, sobre o valor das parcelas positivas dos resultados, incluídos na apuração do lucro real.

O limite de utilização abrange o total do imposto de renda pago no exterior a ser utilizado em cada período de apuração, seja na liquidação de estimativa mensal (mera antecipação do imposto devido no ajuste anual)

ou no encerramento do período, e independe de qual foi o período em que se originou o imposto pago no exterior.

CONTROLADAS NO EXTERIOR. PARTICIPAÇÃO.

A empresa controladora, no Brasil, deve comprovar sua participação, direta ou indireta, nas controladas situadas no exterior. Ausente tal comprovação, eventual imposto de renda pago no exterior não pode ser aproveitado como dedução, no Brasil.

IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL.

Para efeito de aproveitamento como dedução do imposto de renda pago no exterior, sobre os lucros, computados no lucro real, o documento comprobatório é o que comprova o recolhimento ou arrecadação do imposto de renda pago no exterior. Esse documento deverá ser reconhecido pelo órgão arrecadador do país em que houve o recolhimento e pelo Consulado da Embaixada Brasileira.

O reconhecimento do comprovante de recolhimento pelo órgão arrecadador do país de origem do lucro e pelo Consulado da Embaixada Brasileira fica dispensado se o contribuinte interessado comprovar que a legislação do país de origem do lucro prevê que a comprovação da incidência do imposto de renda que tenha sido pago dá-se por meio do documento de recolhimento ou arrecadação apresentado.

Manifestação de Inconformidade Procedente em Parte

Direito Creditório Reconhecido em Parte

É oportuno destacar que a decisão de piso reconheceu a comprovação do montante de R\$ R\$ 141.887.966,61 de IR pago no exterior no ano-calendário 2015. Assim, deferiu a compensação parcial desse valor com o IRPJ e a CSLL devidos no mesmo ano e a utilização do saldo remanescente em períodos subsequentes.

No que tange à apuração do IRPJ, destaco a parcela do crédito que foi reconhecida pela decisão de piso:

348. Em consequência do que foi exposto, apura-se, para o ano-calendário de 2015, um saldo negativo de R\$ 31.362.237,74:

Descrição	Valores (R\$)
1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	
2. À Alíquota de 15%	42.006.440,12
3. Adicional	27.980.293,42
total	69.986.733,54
4. (-) Imposto de Renda pago no Exterior	69.986.733,54
5. (-) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	31.362.237,74
6. (=) Saldo Negativo de IRPJ	-31.362.237,74

349. Por todo exposto, VOTO no sentido de JULGAR PROCEDENTE EM PARTE a manifestação de inconformidade, RECONHECER PARCIALMENTE o direito

creditório, no valor original de R\$ 31.362.237,74, e HOMOLOGAR EM PARTE as compensações declaradas, até o limite desse direito.

Irresignada com a decisão primeva, a contribuinte manejou o recurso voluntário ora sob análise. Na peça recursal, lançou as seguintes alegações.

Conexão dos processos de IRPJ e CSLL.

À partida, antes de ingressar nas alegações de nulidade e de mérito para reforma da decisão de piso, a recorrente pediu a vinculação dos processos nº 16692.720872/2017-33 e 16692.720874/2017-22, que tratam de saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano-calendário 2015, respectivamente, bem como dos processos nº 16692.720871/2017-99 e 16692.720873/2017-88, que tratam de saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano-calendário 2016.

Arguições de nulidade do despacho decisório e da decisão de primeira instância.

Preliminarmente à matéria de mérito, a recorrente apresentou duas alegações de nulidade: (i) reiterou a alegação de nulidade dos despachos decisórios por cerceamento do direito de defesa lançada na manifestação de inconformidade; e (ii) pugnou pela nulidade da decisão de primeira instância por ter a DRJ inovado na fundamentação para indeferir os créditos pleiteados.

Reproduzo parte das alegações de nulidade:

19 Em que pese a DRJ não tenha declarado tal nulidade, o esforço de análise e verificação de provas realizado pelo órgão julgador já dá conta de que tais verificações não foram feitas em momento apropriado – i.e. durante um Procedimento de Verificação Fiscal.

20 De fato, os despachos decisórios proferidos depois da anulação dos primeiros ainda resultaram de análise rasa dos documentos e dos fatos envolvidos no caso.

21 Tanto que diversos dos fundamentos pelos quais a DRJ denegou o crédito da Recorrente não haviam sido explorados nos despachos decisórios do modo como restaram explicitados nos acórdãos recorridos.

[...]

24 Ocorre que, além do fato de os créditos em discussão não terem sido devidamente analisados nos despachos decisórios, a DRJ incluiu em seus acórdãos novos fundamentos para denegar os saldos negativos da Recorrente.

25 De fato, além de detalhar itens que não teriam sido devidamente comprovados de modo adequado (matérias tratadas no geral de forma rasa nos despachos decisórios), a DRJ consignou que a Recorrente teria registrado créditos de IR no exterior em valor superior aos permitidos pela legislação.

26 Ainda que referida afirmação não se sustente, fato é que referido fundamento não constava nem mesmo de forma genérica nos despachos decisórios.

Em seguida, a recorrente passou às questões de mérito.

Mérito.

Em relação à **comprovação dos montantes de IR pago no exterior** utilizados na compensação de IRPJ e CSLL em 2015 e os valores controlados na Parte B do LALUR e do LACS, a recorrente, além dos esclarecimentos e dos elementos de prova juntados no procedimento fiscal e na manifestação de inconformidade, apresentou um Adendo ao Laudo elaborado pela KPMG (doc. 01). Nesta seara, os argumentos apresentados, assim como os elementos de prova, foram organizados por ano-calendário:

- Ano-calendário 2014:

Em 2014, os montantes abaixo dariam suporte aos valores lançados na Parte B do LALUR (R\$666.196.014,54) e do LACS (R\$239.930.565,23), uma vez que não houve compensação com IRPJ e CSLL no ajuste.

Quadro de síntese do IR pago no exterior por controladas indiretas por meio da Ambev Luxembourg S A R L (Ambev Lux):

Controlada	País	IR no exterior - 2014	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
LABATT BREWING COMPANY LIMITED ("Labatt")	Canadá	238.696.6000,00	491.452.053,71
GUINNESS CANADA LIMITED ("Guinness")	Canadá	629.199,25	634.775,69
CERVECERÍA Y MALTERÍA QUILMES S.A.I.C.A. Y G. ("CMQ")	Argentina	1.100.857.123,62	312.832.213,54
CERVECERÍA BOLIVIANA NACIONAL S.A. ("CBN")	Bolívia	463.143.778,00	137.993.273,63
CERVECERÍA PARAGUAYA S.A. ("Paraguay")	Paraguai	72.714.170.052,00	30.207.791,28 ⁴
FNC S.A. ("FNC")	Uruguai	327.255.764,00	30.362.191,58

Quadro de síntese do IR pago no exterior pela Tenedora CND S/A e controladas indiretas:

Controlada	País	IR no exterior - 2014	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
Tenedora CND	República Dominicana	161.830,34	5.361,33
CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA S.A. ("CND")	República Dominicana	1.806.275.714,50	59.639.212,69
COMPAÑIA CERVECERA AMBEV DOMINICANA ("Ambev Dominicana"),	República Dominicana	290.911.976,40	9.605.267,40
ST. VINCENT BREWERY LIMITED, ("SVBL")	São Vicente e Granadinas	1.571.989,00	794.151,92

- Ano-calendário 2015:

No caso de 2015, os valores abaixo dariam suporte aos montantes utilizados para compensar com o IRPJ e a CSLL devidos no ajuste (R\$69.986.733,53 e R\$10.637.728,52, respectivamente) e lançados no LALUR e LACS (R\$1.495.187.644,14 e R\$552.825.047,44).

Controlada	País	IR no exterior - 2015	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
Labatt	Canadá	308.193.853,90	779.876.233,13
Guinness	Canadá	584.680,00	724.963,32
Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco")	Canadá	3.126.470,00	7.911.447,99
CMQ	Argentina	1.186.984.360,18	343.410.130,82
Publicidad Relator S.A.C. de Mandatos y Servicios ("Publicidad")	Argentina	1.625.014,62	439.252,83
Malteria Pampa S.A. ("Pampa")	Argentina	207.047.787,13	40.487.042,36
Eco de Los Andes S.A. ("Eco")	Argentina	71.221.384,01	9.454.730,95
CBN	Bolívia	550.169.785,00	240.960.807,71
Paraguay	Paraguai	72.686.649.096,00	38.844.387,11
CERVEPAR S.A. ("Cervepar")	Paraguai	15.451.515.417,00	8.255.182,23

Controlada	País	IR no exterior - 2015	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
FNC	Uruguai	307.491.310,00	35.188.749,35
Malteria Uruguai S.A. ("MUSA"),	Uruguai	17.265.099,00	1.352.893,16
Cympay S.A. ou Cerveceria y Malteria Payssandu S.A. ("Cympay")	Uruguai	47.135.235,00	60,71
CND	República Dominicana	1.565.349.579,41	70.418.681,52
SVBL	São Vicente e Granadinas	835.587,00	625.549,14
Ampar BVBA ("Ampar")	Bélgica	7.095.858,31	27.091.570,75
Empresa Mixta Cerveceria Bucanero, S.A. ("Bucanero")	Cuba	3.822.588,37	6.703.873,05
Jalua Spain, S.L. ("Jalua")	Espanha	5.797.486,21	246,42
LAScan Beverage Company AB ("Lascan"), nova denominação social de Austral	Suécia	14.418.054,00	5.991.866,98

- Ano-calendário 2016:

No caso de 2016, os valores abaixo dariam suporte aos montantes utilizados para compensar com o IRPJ e a CSLL devidos no ajuste R\$132.662.208,90 e R\$46.820.507,88, respectivamente:

Controlada	País	IR no exterior – 2016	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
CMQ	Argentina	1.637.010.281,89	325.269.620,24

Em relação à **comprovação das participações societárias** que dariam direito ao aproveitamento dos montantes de IR pago no exterior, a recorrente trouxe os seguintes esclarecimentos e elementos de prova, além daqueles juntados à manifestação de inconformidade:

- Ano-calendário 2014:

Primeiro, em relação às controladas indiretas por meio da Ambev Lux.

Tradução juramentada do Livro de Registro de acionistas da Ambev Lux (doc. 02), demonstrando que a recorrente detinha, em 2014 e 2015, 89,83% do capital da Ambev Lux.

Apostilamento do registro de acionistas da Paraguaya (doc. 03) que confirmaria a participação indireta da recorrente (87,35%), por meio da Ambev Lux no capital da Paraguaya conforme quadro abaixo:

Acionista	Qtd. Ações	%	% indireto Ambev Lux
LASI (100% Ambev Lux)	348.591	87,14%	87,14%
FNC (97,58% Ambev Lux)	870	0,22%	0,21%
Total			87,35%

Os documentos de fls. 12.360 a 12.431 (autenticados e apostilados) e de fls. 12.432 a 12.461 (traduções juramentadas) seriam suficientes para comprovar que, no período de 31/12/2004 a 31/12/2016, a Ambev Lux detinha, indiretamente, por meio da Labatt, 49% do capital da Guinness.

Considerando que a DRJ já teria reconhecido parte das relações societárias e considerando os elementos acima, a recorrente considera comprovada a participação nas seguintes controladas/coligadas indiretas por meio da Ambev Lux, em 2014:

Controlada	% Ambev Lux	% Recorrente (89,83% da Ambev Lux)
Labatt	100,00%	89,83%
Guinness	49,00%	44,02%
CMQ	99,75%	89,61%
CBN	85,67%	76,96%
Paraguaya	87,35%	78,47%
FNC	97,58%	87,66%

Segundo, em relação às controladas indiretas por meio da Tenedora CND.

O Adendo ao Laudo da KPMG, com base nos elementos anteriormente juntados aos autos mais os documentos relativos à Ambev Dominicana ora juntados, demonstraria a participação da recorrente nas controladas/coligadas indiretas por meio da Tenedora:

Participações Societárias Indiretas da Ambev em 31.12.2014				
Nível	Empresa	Local	Ambev S.A.	
			Direta	Indireta
D	Tenedora CND	Republ. Dominicana	55,19%	-
I.1	CND	Republ. Dominicana	-	55,00%
I.2	IBL	St Lucia	-	55,00%
I.3	ABL	Antigua and Barbuda	-	51,16%
I.3	APPL	Antigua and Barbuda	-	41,25%
I.3	DBBL	Republ. Dominicana	-	48,61%
I.3	SVBL	St Vincent and Granadine	-	51,16%

- Ano-calendário 2015:

Tradução juramentada da Ata de Assembleia da Ampar, que comprovaria a participação indireta da recorrente na Ampar, por meio da Ambev Lux, no percentual de 89,825%

Tradução juramentada da demonstração financeira da Bucanero, que comprovaria a participação indireta da recorrente no capital da Bucanero, por meio da Ambev Lux e da Cerbuco, no percentual de 44,912%.

A participação indireta da recorrente na Paraguaya, por meio da Ambev Lux, no percentual de 78,462% já teria sido demonstrada no item anterior.

Demonstração financeira da Cervepar (autenticada, apostilada e tradução juramentada) (doc. 07) que comprovaria a participação indireta da recorrente no capital da investida, conforme tabela abaixo:

Acionista	Qtd. Ações	%	% indireto Ambev Lux
LASI (100% Ambev Lux)	348.591	87,14%	87,14%
FNC (97,58% Ambev Lux)	870	0,22%	0,21%
Total			87,35%

A participação da recorrente na CND já teria sido comprovada conforme item acima.

Tradução juramentada do registro de ações da SVBL (doc. 09) e da demonstração financeira (doc. 10), que comprovaria a participação indireta da recorrente no capital da SVBL, por meio da CND e da IBL, no percentual de 54,80%.

A participação indireta da recorrente no capital da Jalua, conforme documentos já acostados aos autos seria de 0,001%. Por sua vez, a Jalua deteria 100% do capital da Monthiers e esta deteria 99,93% da Cympay. Portanto, a recorrente deteria 0,00099% da Cympay.

Em conclusão, a recorrente entende ter demonstrado a participação indireta nas seguintes investidas:

Controlada	% Recorrente
CMQ	89,60%
Cerbuco	89,825%
CBN	76,94%
Eco	44,0%
FNC	87,65%
Guinness	44,01%
Lascan	89,825%
Pampa	60%
MUSA	60%
Publicidad	89,825%
Labatt	89,825%
Ampar	89,825%
Bucanero	44,912%
Paraguaya	78,462%
Cervepar	78,462%
CND	55%
SVBL	54,80%
Jalua	0,001%
Cympay	0,00099%

- Ano-calendário 2016:

Conforme visto, a recorrente aproveitou em 2016 somente valores de IR pagos no exterior da CMQ. A CMQ seria controlada pela Ambev Lux por meio da LASI (94,74%) e da Linthal (5,01%).

Tais valores não teriam sido reconhecidos pela instância de piso pela falta de comprovação da participação da recorrente na Ambev Lux. Assim, a recorrente juntou a tradução juramentada do livro de registro de acionistas da Ambev Lux para comprovar sua participação no capital da Ambev Lux que, a partir de 04/2016, passou a ser de 100%.

Assim, a recorrente entende ter comprovado a participação indireta de 99,75% no capital da CMQ.

Em relação à **comprovação das adições dos lucros disponibilizados no exterior pelas controladas**, a recorrente apresentou os seguintes elementos.

- Ano-calendário 2014:

O total dos lucros adicionados às bases de cálculo de IRPJ e CSLL seria de R\$ 2.795.752.162,51 conforme tabela abaixo:

Empresa:	País:	Valor (R\$)
Ambev Luxemburg S.A.	Luxemburgo	1.520.487.907,65
Pagamentos		941.496.227,16
Total adicionado		2.461.984.134,82
Tenedora CND	República Dominicana	244.566.980,03
Pagamentos		68.951.973,93
Total adicionado		313.518.953,96
Fratelli	Ilhas Cayman	20.249.073,73
Total Lucro adicionado em 2014		2.795.752.162,51

- Anos-calendário 2015 e 2016:

A instância julgadora de primeira instância já teria reconhecido os seguintes montantes de lucros adicionados às bases de cálculo de IRPJ e CSLL:

- Ano-calendário 2015: R\$6.618.016.554,64

- Ano-calendário 2016: R\$5.915.795.046,93

Em relação à **comprovação dos pagamentos de IR no exterior**, a recorrente detalhou os elementos de prova e esclarecimentos juntados aos autos, em especial aqueles que instruem o Laudo da KPMG e seu Adendo.

- Em relação aos pagamentos efetuados no Canadá (Labatt, Guinness e Cerbuco), a recorrente considerou comprovados os seguintes pagamentos para os anos de 2014 e 2015:

Controlada	País	IR no exterior - 2014	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
Labatt	Canadá	238.696.6000,00	491.452.053,71
Guinness	Canadá	629.199,25	634.775,69

Controlada	País	IR no exterior - 2015	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
Labatt	Canadá	308.193.853,90	779.876.233,13
Guinness	Canadá	584.680,00	724.963,31
Cerbuco	Canadá	3.126.470,00	7.911.447,99

- Em relação aos pagamentos efetuados na Argentina (CMQ, Eco, Publicidad e Pampa), a recorrente considerou comprovados os seguintes pagamentos para os anos de 2014 a 2016:

Controlada	País	IR no exterior – 2014	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
CMQ	Argentina	1.100.857.123,62	312.832.213,54

Controlada	País	IR no exterior – 2015	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
CMQ	Argentina	1.186.984.360,19	343.410.130,82
Eco	Argentina	71.221.384,01	9.454.730,95
Publicidad	Argentina	1.625.014,62	439.252,83
Pampa	Argentina	207.047.787,13	40.487.042,36

Controlada	País	IR no exterior – 2016	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
CMQ	Argentina	1.637.010.281,89	325.269.620,24

- Em relação aos pagamentos efetuados na Bolívia (CBN), a recorrente considerou comprovados os seguintes pagamentos para os anos de 2014 e 2015:

Controlada	País	IR no exterior – 2014	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
CBN	Bolívia	463.143.778,00	137.993.273,63

Controlada	País	IR no exterior – 2015	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
CBN	Bolívia	550.169.785,00	240.960.807,71

- Em relação aos pagamentos efetuados no Uruguai (FNC, MUSA e Cypay), a recorrente considerou comprovados os seguintes pagamentos para os anos de 2014 e 2015:

Controlada	País	IR no exterior – 2014	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
FNC	Uruguai	327.255.764,00	30.362.191,58

Controlada	País	IR no exterior – 2015	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
FNC	Uruguai	301.491.310,00	35.188.749,36
MUSA	Uruguai	17.265.099,00	1.352.893,16
Cympay	Uruguai	47.135.235,00	60,71

- Em relação aos pagamentos efetuados pela Tenedora CND e controladas indiretas (na República Dominicana e em São Vicente e Granadines), a recorrente considerou comprovados os seguintes pagamentos para os anos de 2014 e 2015:

Quadro 5 - Resumo dos impostos pagos no exterior

Pagamentos de Impostos no Exterior – 2014		
Empresa	Moeda Local	Crédito AmBev (Reais)
Cerveceria Nacional Dominicana S.A.	1.806.275.714,50	59.639.212,69
Compañía Cervecería Ambev Dominicana	290.911.976,40	9.605.267,40
St. Vicent Brewery Limited	1.571.989,00	794.151,92
Tenedora CND S.A.	161.830,34	5.361,33
Total	2.098.921.510,25	70.043.993,34

Controlada	País	IR no exterior – 2015	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
CND	República Dominicana	1.565.349.579,41	70.418.681,52
SVBL	São Vicente e Granadinas	835.587,00	625.549,14

- Em relação aos pagamentos efetuados na Suécia (Lascan), a recorrente considerou comprovados os seguintes pagamentos para o ano de 2015:

Controlada	País	IR no exterior – 2015	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
Lascan	Suécia	14.418.054,00	5.991.866,98

Ainda em relação à comprovação dos pagamentos de IR no exterior, a recorrente assevera que não foram questionados de forma específica os pagamentos efetuados em 2015 por Ampar, Bucanero, Paraguaya, Cervepar, Jalua, CND, SVBL e Cympay. O pagamento efetuado por CMQ (Argentina) no ano de 2016 também não teria sido questionado pela autoridade julgadora de piso.

Ao final, a recorrente considera comprovados os seguintes pagamentos de IR no exterior nos anos-calendário 2014 a 2016:

Controlada	País	IR no exterior - 2014	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
Tenedora CND	República Dominicana	161.830,34	5.361,33
CND	República Dominicana	1.806.275.714,50	59.639.212,69
Ambev Dominicana	República Dominicana	290.911.976,40	9.605.267,40
SVBL	São Vicente e Granadinas	1.571.989,00	794.151,92
Total			70.043.993,34

Controlada	País	IR no exterior - 2015	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
Labatt	Canadá	308.193.853,90	779.876.233,13
Guinness	Canadá	584.680,00	724.963,32
Cerbuco	Canadá	3.126.470,00	7.911.447,99
CMQ	Argentina	1.186.984.360,18	343.410.130,82
Publicidad	Argentina	1.625.014,62	439.252,83
Pampa	Argentina	207.047.787,13	40.487.042,36
Eco	Argentina	71.221.384,01	9.454.730,95
CBN	Bolívia	550.169.785,00	240.960.807,71
Paraguaya	Paraguai	72.686.649.096,00	38.844.387,11
Cervepar	Paraguai	15.451.515.417,00	8.255.182,23
FNC	Uruguai	307.491.310,00	35.188.749,35
MUSA	Uruguai	17.265.099,00	1.352.893,16
Cympay	Uruguai	47.135.235,00	60,71
CND	República Dominicana	1.565.349.579,41	70.418.681,52
SVBL	São Vicente e Granadinas	835.587,00	625.549,14
Ampar	Bélgica	7.095.858,31	27.091.570,75
Bucanero	Cuba	3.822.588,37	6.703.873,05
Jalua	Espanha	5.797.486,21	246,42
Lascan	Suécia	14.418.054,00	5.991.866,98
Total			1.617.737.670,13

Controlada	País	IR no exterior – 2016	
		(moeda local)	(em Reais, na proporção da participação da Recorrente)
CMQ	Argentina	1.637.010.281,89	325.269.620,24

Em relação aos **limites para a escrituração de IR pago no exterior no LALUR e no LACS para utilização em períodos subsequentes**, defende a recorrente que há um limite para o IRPJ (25%) e outro para a CSLL (9%) e ambos devem ser aplicados sobre “os valores totais das adições correspondentes aos lucros sobre os quais o IR no exterior incidiu”.

Ao se referir aos limites para o registro de IR pago no exterior no LALUR contidos na IN SRF nº 213/02 e IN RFB nº 1.520/14, argumenta a recorrente:

258 Referida disposição tem como claro objetivo preservar a equidade entre contribuintes (em princípio pelo menos para fins de IRPJ) que não auferem rendimentos no exterior e aqueles que, em decorrência da adição de lucros disponibilizados no exterior, passam de uma situação de prejuízo fiscal a uma situação de lucro real ou que apuram prejuízo fiscal menor do que apurariam caso não houvesse tributação em bases universais.

259 Isto porque, o contribuinte que não auferir rendimento no exterior e apura prejuízo fiscal pode compensar referidos prejuízos em períodos subsequentes.

260 Já o contribuinte na mesma situação de prejuízo fiscal antes da adição de lucros no exterior teria, não fosse a previsão acima, seu direito de compensar referidos prejuízos (apurados em suas próprias operações) nos períodos subsequentes limitado, uma vez que a adição de lucros no exterior diminui ou elimina o prejuízo fiscal apurado.

261 Ao mesmo tempo, a parcela do IR no exterior incidente sobre os lucros no exterior não pode ser deduzida no período, uma vez que a dedução é limitada aos valores do IRPJ e da CSLL efetivamente apurados no próprio período.

262 Portanto, foi para evitar que o contribuinte que auferir lucro no exterior e prejuízos fiscais no Brasil fique prejudicado duas vezes (isto é, pela perda do prejuízo fiscal e base negativa apurados em suas próprias operações e pela impossibilidade de dedução integral dos valores de IR no exterior pago no próprio período), que se estabeleceu a possibilidade de utilização de valores de IR no exterior não aproveitados no próprio período de apuração mediante controle na Parte B do LALUR.

263 Nesse passo, e não obstante a IN 213/02 e a IN 1.520/14 se limitem a disciplinar os valores de IR no exterior que podem ser controlados na Parte B do LALUR, referidos dispositivos também precisam ser aplicados para permitir o registro e utilização de valores de IR pagos no exterior não aproveitados no próprio período de apuração mediante controle na **Parte B do LACS**.

[...]

267 Por estes motivos, ainda que a IN 213/02 e a IN 1.520/14 se limitem a disciplinar a utilização do IR no exterior mediante controle na Parte B do LALUR, as mesmas disposições devem ser aplicadas para admitir o registro de créditos proporcionais à incidência da CSLL sobre a adição de lucros no exterior na parte B do LACS. Essa conclusão é a única possível na medida em que as referidas INs têm a função **de regulamentar** as previsões legais que disciplinam tanto a necessidade de tributação da renda auferida no exterior, **como a de se evitar a dupla tributação da referida renda**.

268 Portanto, nem mesmo seria necessária a previsão contida nas INs para autorizar que o imposto de renda pago no exterior não compensado no Brasil por conta de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL aqui apurados, pudesse ser controlado na parte B do LALUR e da LACS para utilização em anos subsequentes. Isso decorreria da própria Lei que instituiu a tributação de lucros no exterior. Assim, eventual falta de menção pelas INs em relação ao crédito de 9% de CSLL não deve ser interpretado como proibitivo do exercício desse direito, sob pena de completa ilegalidade.

Desta forma, pugna a recorrente pelo reconhecimento do direito a registrar no LALUR e no LACS os seguintes montantes em 2014:

270 Deste modo, os limites para registro na Parte B do LALUR e do LACS em 31/12/2014 devem ser apurados da seguinte forma:

Limites Parte B - 2014			Limite LALUR (25% da adição total)	Limite LACS (9% da adição total)
Ambev Lux	Lucro líquido	1.520.487.907,65	615.496.033,70	221.578.572,13
	IR	941.496.227,16		
	Adição total	2.461.984.134,81		
Tenedora CND	Lucro líquido	244.566.980,03	78.379.738,49	28.216.705,86
	IR	68.951.973,93		
	Adição total	313.518.953,96		

271 A Recorrente respeitou tais limites, além de ter escritura nas Partes B do LALUR e do LACS valores inferiores aos pagamentos efetivamente comprovados, como ilustra o quadro abaixo:

	IR no exterior comprovado	IR no exterior utilizado		
		LALUR Parte B	LACS Parte B	Total
Ambev Lux	1.003.482.299,43	615.496.033,70	221.578.572,13	837.074.605,84
Tenedora CND	70.043.993,34	50.699.980,84	18.351.993,10	69.051.973,93
Total	1.073.526.292,77	666.196.014,54	239.930.565,23	906.126.579,77

Em relação a 2015, a recorrente fez as seguintes considerações:

IV.6.a.ii. Escrituração do LALUR e do LACS em 2015

274 Para 2015, além de calcular o limite para escrituração no LALUR (a 25% da diferença entre a (i) adição de lucros no exterior no período e (ii) o lucro real no período), a DRJ deveria ter considerado também um limite de 9% sobre esta diferença para registro na Parte B do LACS. Deste modo, a tabela preparada pela DRJ no item 130 do acórdão 14-90.548 ficaria da seguinte forma:

Descrição	Valores
1. Lucros Disponibilizados no Exterior	6.618.016.554,64
2. Lucro Real do Ano-Calendário 2015	280.042.934,15
3. Diferença (= 1 menos 2)	6.337.973.620,49
4. Valor limite para Parte B do LALUR	1.584.493.405,12
5. Valor limite para Parte B do LACS	570.417.625,84

275 Tal como quando tratou do ano-calendário de 2014, para o ano-calendário de 2015 a DRJ consignou que referido valor se mostrava superior ao valor do resultado auferido pela Ambev Lux, ao passo em que não houve conciliação entre os valores de provisão para imposto de renda consignados na respectiva demonstração financeira e os valores considerados no processo.

IR no exterior comprovado 2015	IR no exterior utilizado - 31/12/2015		
	LALUR Parte B	LACS Parte B	Total
2.107.566.887,26	1.495.187.644,14	552.825.047,44	2.048.012.691,58

Em resumo, no entender da recorrente, não haveria nenhum excesso registrado no LALUR e no LACS, em relação aos limites de registro do IR pago no exterior para ser aproveitado em períodos subsequentes.

Em relação à **limitação para utilização dos montantes de IR pago no exterior controlados na Parte B do LALUR e do LACS**, alega a recorrente que, em verdade, utilizou parte do saldo acumulado em 2014 para compensar estimativas de IRPJ e CSLL devidas no ano-calendário 2015 e, desta forma, os montantes de estimativa passariam a compor o saldo negativo do ano-calendário 2015. Destaco trecho do recurso voluntário:

279 Como mencionado anteriormente, a Recorrente utilizou os saldos de Parte B do LALUR e do LACS registrados em 2014 e 2015 para quitar antecipações mensais DEVIDAS do IRPJ e da CSLL apuradas durante os anos-calendário de 2015 e 2016.

280 Tendo isto em vista, a DRJ entendeu – sem indicar qualquer fundamento legal para isto – que tais antecipações mensais apuradas durante os anos-calendário de 2015 e de 2016 não poderiam ser deduzidas nas apurações anuais de IRPJ e CSLL dos respectivos períodos. Na verdade, tentou, por via transversa, converter tais estimativas efetivamente pagas em imposto de renda pago no exterior. É o que se explica em mais detalhes abaixo.

Aduziu a recorrente que, diversamente do que ocorre com a utilização do IR pago no exterior dentro do ano corrente, os montantes controlados na Parte B do LALUR e do LACS não estariam sujeitos à limitação do imposto efetivamente apurado com base no lucro real. Destaco excerto da peça recursal que trata da matéria:

296 Em resumo, a utilização do imposto incidente sobre lucros disponibilizados no curso do período de apuração só poderia mesmo ocorrer em face da antecipação mensal de dezembro apurada por balancete no qual o contribuinte tenha adicionado tais lucros.

297 Todavia, para o imposto de renda pago no exterior que incidiu sobre lucros disponibilizados em períodos anteriores e já tributados no Brasil, não há limitação quanto ao mês ou à forma de apuração – o lucro sobre o qual referido imposto incidiu já foi tributado no Brasil.

298 Esta leitura de referidas orientações está em linha com o art. 26 da Lei 9.249/95 e o art. 87 da Lei 12.973/14, que concedem aos contribuintes o direito de compensar o imposto incidente no exterior sobre os lucros disponibilizados e tributados no Brasil com o IRPJ e a CSLL devidos no Brasil.

299 Isto porque a norma não distingue entre o imposto e a contribuição devidos por apuração/antecipação mensal e o IRPJ e de CSLL devidos no ajuste anual, não cabendo ao intérprete estabelecer tal distinção.

300 A distinção que se deve fazer é quanto ao atendimento da condição de “imposto incidente no exterior sobre os lucros disponibilizados e tributados no Brasil com o IRPJ e a CSLL devidos no Brasil”. Lucros disponibilizados no transcorrer do ano-calendário somente são tributados no Brasil no encerramento do período (seja na apuração do lucro real, seja no balancete de dezembro) – está é a real distinção que está refletida na instrução de preenchimento da Linha 22 do Registro N620 da ECF explicada acima.

301 O IR no exterior de períodos anteriores, controlado em Parte B, já atendeu à condição de “imposto incidente sobre lucros disponibilizados e tributados no Brasil” posto que de fato incidiu sobre lucros no exterior adicionados em períodos anteriores e que consumiram, dentro dos limites aplicáveis, prejuízos fiscais e bases negativas da pessoa jurídica brasileira.

302 Também não há qualquer razão para distinguir o tratamento dado às compensações de antecipações mensais efetivadas na forma do art. 74 da Lei 9.430/96 e as compensações efetuadas na forma dos arts. 26 da Lei 9.249/95 ou art. 85 da Lei 12.973/14. – grifei.

De forma subsidiária, ainda sobre o tema da limitação para a utilização de IR pago no exterior para quitar as estimativas mensais que compuseram os saldos negativos de IRPJ e CSLL, a recorrente pediu a aplicação do disposto no artigo 100 do CTN para afastar a aplicação de penalidades, juros e atualização do valor dos tributos compensados.

Ao final da peça recursal, a recorrente pediu a declaração de nulidade do despacho decisório e da decisão de piso. No mérito, pediu a reforma da decisão *a quo* para que seja integralmente reconhecido o direito creditório e sejam homologadas as compensações declaradas. Subsidiariamente, pediu a aplicação do disposto no artigo 100 do CTN para o afastamento de penalidades, juros e correção dos débitos compensados. Protestou, também, pela possibilidade de juntada de novos elementos de prova, pela conversão do julgamento em diligência, se necessário, e pela realização de sustentação oral de suas razões.

A vinculação dos processos de IRPJ e CSLL de 2015 e 2016 solicitada pela recorrente foi deferida pela presidência da 1ª Seção de Julgamento do CARF e os processos serão julgados nesta mesma reunião.

Em essência, era o que havia a relatar.

Voto

Conselheiro Carlos André Soares Nogueira, Relator.

O recurso voluntário é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade. Dele, portanto, tomo conhecimento.

I – Nulidade do despacho decisório.

A recorrente pugnou pela declaração de nulidade do despacho decisório que indeferiu o crédito pleiteado e não homologou as compensações declaradas. Em síntese, a recorrente alegou que a autoridade administrativa fez um exame superficial de suas razões e

elementos de prova, o que configuraria cerceamento do seu direito de defesa. Reproduzo trecho da peça recursal:

20 De fato, os despachos decisórios proferidos depois da anulação dos primeiros ainda resultaram de análise rasa dos documentos e dos fatos envolvidos no caso.

21 Tanto que diversos dos fundamentos pelos quais a DRJ denegou o crédito da Recorrente não haviam sido explorados nos despachos decisórios do modo como restaram explicitados nos acórdãos recorridos.

22 Ora, se durante o Procedimento de Verificação Fiscal a Recorrente tivesse sido solicitada a esclarecer os vínculos societários desconsiderados no acórdão, por exemplo, potencialmente estas questões teriam sido resolvidas antes de qualquer litígio administrativo.

23 Só por este motivo o cerceamento de defesa tido por não ocorrido pela DRJ já fica bastante evidente.

Tenho que a hipótese de cerceamento do direito de defesa não se configura no caso concreto.

O primeiro ponto a destacar é que a fiscalização efetivamente intimou a contribuinte a apresentar os elementos probatórios necessários a demonstrar a liquidez e certeza do crédito pleiteado. Reproduzo excertos do despacho decisório que tratam dos procedimentos:

16.1. No Termo de Início de Diligência Fiscal (fls. 28/30), foram apresentados dez quesitos para serem respondidos com comprovação documental pelo requerente. Tais questões demandavam que o interessado comprovasse:

- o efetivo pagamento do Imposto Pago no Exterior, • o oferecimento à tributação da receita correspondente e • sua participação nas empresas que efetuaram o suposto pagamento.

16.2. Por óbvio, para que o imposto pago no exterior possa ser utilizado para compensar o IR devido, há que se comprovar as três situações. [...]

16.4. Para confirmar que a empresa é controlada ou coligada e qual a participação do contribuinte na empresa, a Ambev S/A foi intimada a apresentar documentos que comprovassem a participação direta ou indireta nas controladas/coligadas, estatuto social das mesmas e organograma do grupo (item 7, 8 e 9 do termo de início de procedimento fiscal).

[...]

17.1. Considerando a Legislação acima a contribuinte foi intimada a apresentar Demonstrações Financeiras das empresas controladas ou coligadas direta ou indiretamente das quais a contribuinte apresentar supostos pagamentos de Imposto sobre a Renda no exterior. (Item 10 do Termo de Início de Procedimento Fiscal).

[...]

18. Pagamento do Imposto Pago no Exterior – Itens 3 e 4 do Termo de Início de Procedimento Fiscal

[...]

Ademais, ao analisar o despacho decisório em comento, vê-se que a autoridade administrativa fez um exame dos elementos probatórios apresentados até aquele momento e que fundamentou de maneira suficiente a decisão. Em resumo, foram elencados as seguintes razões para o indeferimento do pleito creditório:

- limite de utilização do IR pago no exterior: conforme a legislação de regência, o aproveitamento do IR pago no exterior estaria limitado no ano-calendário 2015 a R\$ 69.986.733,00, que era o valor do IRPJ apurado com base no lucro real;

- comprovação da participação da Ambev S/A nas empresas no exterior: a fiscalização registrou que grande parte dos documentos juntados não cumpriam as exigências legais, especialmente havia muitos documentos em língua estrangeira. A falta de comprovação, com documentos hábeis e idôneos, do efetivo investimento nas empresas no exterior já seria suficiente para o indeferimento da parcela do crédito relativa ao IR pago no Exterior;

- a maior parte das demonstrações financeiras também não estavam traduzidas para o Português;

- também os documentos de arrecadação não estavam traduzidos para o Português;

Também é oportuno ressaltar que a recorrente vem construindo seu arsenal probatório ao longo do processo administrativo. Grande parte dos elementos probatórios foram juntados somente em sede de manifestação de inconformidade e mesmo de recurso voluntário. Ou seja, a possibilidade de cognição dos fatos jurídicos ocorridos vem se ampliando em cada etapa do processo.

Diante desse quadro, penso que a “*análise rasa*” a que se refere a recorrente não configura cerceamento de defesa, mas tão-somente a inconformidade da contribuinte com as conclusões de mérito a que chegou a fiscalização diante dos elementos probatórios postos para sua apreciação.

A questão da nulidade do despacho decisório já foi examinada com acuidade pela DRJ. Peço licença para citar a decisão de piso, cujas bem postas razões adoto como minhas, em acréscimo ao já exposto:

I-Das Nulidades

8. A interessada alega a nulidade do novo Despacho Decisório proferido.

9. Nesse sentido, cumpre esclarecer que o direito à ampla defesa e ao contraditório, previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, é uma garantia do processo administrativo, isto é, da fase litigiosa do procedimento fiscal, a qual, nos casos de restituição e/ou compensação, inicia-se, nos termos do art. 74, §11 da Lei nº 9.430, de 1996, c/c art. 14 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, com a manifestação de inconformidade.

10. O procedimento fiscal tendente a *verificar* a legitimidade do direito creditório utilizado nas compensações declaradas, o qual antecede a fase litigiosa, é um procedimento de *certificação* do quanto informado pelo sujeito passivo.

11. A contestação das informações contidas no Despacho Decisório, dos documentos juntados ou até mesmo de eventuais irregularidades somente pode ser realizada em

momento posterior à decisão, com a apresentação da manifestação de inconformidade, iniciando o devido processo administrativo.

12. Registre-se que não se olvida que o Poder Executivo, também em sua esfera Administrativa Fiscal, sujeita-se aos princípios aplicáveis à Administração Pública, contidos no art. 37 da Carta Maior, bem como, conforme já esclarecido, às disposições do Decreto nº 70.235, de 1972, e, subsidiariamente, às disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na qual se insere a observância, dentre outros, do princípio da legalidade (Art. 2º); bem como a observância da indicação, no ato administrativo, dos fatos e dos fundamentos jurídicos utilizados (Art. 50).

13. Tais princípios, distintamente do alegado pela contribuinte, foram todos observados pela autoridade administrativa competente para decidir acerca do direito creditório utilizado nas DCOMP em estudo.

14. Ora, o despacho decisório em análise traz de forma clara e direta os motivos pelo qual restaram não homologadas as compensações declaradas, não se verificando quaisquer razões que autorizem sua anulação.

15. De fato a autoridade fiscal fez a análise do saldo negativo do ano-calendário de 2015, expondo, indicando e quantificando os montantes envolvidos bem como os fundamentos que a levaram a aceitar ou não tais deduções na apuração de eventuais saldos negativos.

16. Constam no Despacho Decisório elaborado pela autoridade fiscal todas as informações necessárias que levaram à conclusão pela Não Homologação das compensações declaradas em PER/DCOMP.

17. Sob este enfoque, é importante destacar que o atendimento das formalidades legais pelo ato administrativo editado (Despacho Decisório) possibilitou ao sujeito passivo a ciência da motivação do indeferimento do pleito, inexistindo qualquer embaraço ao absoluto exercício do direito ao contraditório e ampla defesa, bem como não representando nenhuma violação a qualquer princípio constitucional ou processual distinto, diversamente daquilo que sugere no contexto da peça impugnatória.

18. Acrescente-se que a compensação é forma de extinção do crédito tributário prevista no art. 156, inciso II, da Lei nº 5.172, de 25/10/1966 (CTN), cuja faculdade de aplicação deste instituto, a título de fruição de um direito, faz-se necessário que o crédito reclamado pelo sujeito passivo esteja dotado de certeza e liquidez, consoante preceito definido no caput do art. 170, *caput*, do CTN, *in verbis*:

"Art. 170 - A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública". (destacou-se).

19. Por sua vez, com o advento do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, alterada pelas redações dadas pelo art. 49 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, e art. 17 da Lei nº 10.833, de 29/12/2003, instituiu-se a matriz legal que preceitua as condições e garantias concernentes a compensação de créditos do sujeito passivo com débitos tributários relativos a quaisquer tributos ou contribuições sob a administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil, 20. Neste contexto, verificada a inviabilidade de se confirmar a integralidade do crédito buscado, considerou-se existir motivo suficiente para a não homologação das compensações em litígio. E foram essas as considerações apostas no despacho decisório atacado, o qual indica a legislação que fundamenta e justifica a não homologação levada a efeito.

21. Ora, a análise dos elementos do processo demonstra que o referido despacho decisório contempla todos os requisitos obrigatórios previstos na legislação tributária,

sendo levado a efeito por autoridade competente, bem como respeitando os procedimentos firmados para dar suporte às conclusões que motivaram a negativa de reconhecimento do crédito veiculado na DCOMP e a não homologação das compensações declaradas.

22. Desse modo, fica notório o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas nos arts. 165 e 170 da Lei nº 5.172, de 25/10/1966 – Código Tributário Nacional (CTN) e do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, alterada pelas redações dadas pelo art. 49 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, e art. 17 da Lei nº 10.833, de 29/12/2003.

23. Por todo o exposto, presentes no Despacho Decisório os requisitos de competência da autoridade, fundamentação expressa e observância do direito de defesa, injustificável a arguição de sua nulidade.

24. Cabe também destacar que é por meio da manifestação de inconformidade que devem ser apresentadas as provas de que dispõem, visando comprovar seu direito, conforme disciplinado pelo Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972.

25. Acrescente-se que a comprovação da existência de crédito junto à Fazenda Nacional é atribuição da contribuinte, cabendo à autoridade administrativa, por sua vez, examinar a liquidez e certeza de que teriam sido repassadas aos cofres públicos importâncias superiores àquelas devidas pela contribuinte de acordo com a legislação pertinente, autorizando, após confirmação de sua regularidade, a restituição ou compensação do crédito conforme vontade expressa da contribuinte.

26. Assim, o exercício da livre escolha de como aproveitar o saldo disponível de imposto é manifestado nas declarações de rendimentos apresentadas em períodos subseqüentes ou em Declaração específica da contribuinte, mas o crédito, em qualquer das hipóteses, deve ser devidamente comprovado por documentos hábeis.

27. Enfim, a legislação tributária que rege as hipóteses de compensação de tributos ou contribuições federais atribui à peticionária o ônus de comprovar a disponibilidade de seu crédito junto à Fazenda Pública, bem como o cumprimento dos requisitos estabelecidos para que seu direito creditório possa ser reconhecido pela Administração Tributária, depois de constatado que o crédito pleiteado se reveste das necessárias certeza e liquidez.

De todo o exposto, conclui-se que não se configura, na espécie, a hipótese de nulidade prevista no artigo 59, II do Decreto nº 70.235/72.

Assim, voto por afastar a preliminar de nulidade dos despachos decisórios.

II – Nulidade da decisão de piso.

A recorrente pediu também a declaração de nulidade da decisão de primeira instância. Sua fundamentação está sintetizada no seguinte trecho da peça recursal:

24 Ocorre que, além do fato de os créditos em discussão não terem sido devidamente analisados nos despachos decisórios, a DRJ incluiu em seus acórdãos novos fundamentos para denegar os saldos negativos da Recorrente.

25 De fato, além de detalhar itens que não teriam sido devidamente comprovados de modo adequado (matérias tratadas no geral de forma rasa nos despachos decisórios), a DRJ consignou que a Recorrente teria registrado créditos de IR no exterior em valor superior aos permitidos pela legislação.

26 Ainda que referida afirmação não se sustente, fato é que referido fundamento não constava nem mesmo de forma genérica nos despachos decisórios.

27 Uma vez que não constava dos despachos decisórios, a insubsistência de referidos fundamentos não foi demonstrada nas Manifestações de Inconformidade e somente serão analisadas em grau recursal.

28 **Cerceamento de defesa mais óbvio que este não há!** Devem, portanto, os despachos decisórios e/ou os acórdãos da DRJ serem anulados, nos termos do art. 59, II do Decreto 70.235/72. (grifos do original)

A parte da decisão de primeira instância que trata da matéria ora vergastada é a seguinte:

65. Nesse ponto cabe destacar que, nos termos do artigo 14, e seus parágrafos, da IN RFB nº 213, de 2002, o valor do IR pago no exterior que não puder ser utilizado em virtude de a pessoa jurídica, no Brasil, no respectivo ano-calendário, não ter apurado lucro real positivo, poderá ser compensado com o que for devido nos anos-calendário subseqüentes.

66. Para esse efeito, a pessoa jurídica deverá calcular o montante do imposto a ser aproveitado em anos-calendário subseqüentes e controlar o seu valor na Parte B do LALUR. Esse cálculo será efetuado mediante a multiplicação dos lucros, considerados individualizadamente por filial, sucursal, coligada ou controlada, pela alíquota de quinze por cento, se o valor computado não exceder o limite de isenção do adicional, ou pela alíquota de vinte e cinco por cento, se exceder, nos termos da IN SRF nº 213, de 2002, artigo 14, §§ 15, 16 e 17.

67. Nesse contexto, o valor máximo do IR pago no exterior que poderia ser escriturado no LALUR para utilização em períodos subseqüentes seria de 25% (vinte e cinco por cento), incidente sobre lucros auferidos de R\$ 1.520.487.907,65, o que resulta no montante de R\$ 380.121.976,91, valor este inferior ao total registrado na parte B do LALUR, de R\$ 666.196.014,54.

68. Em consequência dessa limitação, ou seja, do montante de R\$ 380.121.976,91, a contribuinte também jamais poderia ter escriturado na parte B do LACS (CSLL) a quantia de R\$ 239.930.565,23, uma vez que escriturados os R\$ 380.121.976,91, já estaria esgotado o imposto a ser aproveitado em períodos subseqüentes.

69. Portanto, a contribuinte não poderia ter escriturado na Parte B do LALUR e no LACS o valor total de R\$ 906.026.579,77 a título de IR eventualmente pago no Exterior, para aproveitamento nos períodos posteriores ao ano-calendário de 2014, tendo em conta que tal montante, reitera-se, estava limitado a R\$ 380.121.976,91.

70. Destaque-se que esse limite está condicionado às demais comprovações exigidas pela legislação aplicável, entre as quais se insere a participação da AMBEV S/A nas empresas controladas, a verificação da escrituração contábil e fiscal de cada controlada, bem como a comprovação dos pagamentos que teriam sido efetuados, conforme apreciação efetuada nesse acórdão.

Penso que a tese da recorrente não deve prosperar. Duas são as razões fundamentais.

A primeira questão que deve ser apontada é que a compreensão dos fatos jurídicos ora sob análise vem-se aprimorando ao longo do processo administrativo fiscal justamente porque a contribuinte vem aperfeiçoando a instrução probatória de suas alegações a cada etapa.

É cediço que a versão dos fatos jurídicos em linguagem competente deve estar baseada nos elementos de prova carreados aos autos. À medida que são trazidos novos elementos de prova, é possível o aperfeiçoamento da cognição dos fatos.

É o caso sob exame. Conforme já ressaltado anteriormente, a contribuinte apresentou novos elementos probatórios tanto na manifestação de inconformidade, quanto no recurso voluntário. Diante dos novos elementos probatórios, foi possível aperfeiçoar o conhecimento dos fatos efetivamente ocorridos.

Impende lembrar que, no PER/Dcomp que formalizou o crédito sob exame, a contribuinte informou que a maior parte do crédito pleiteado (R\$ 451.001.220,91) tinha como origem *IR pago no exterior*. Esta era a situação fático jurídica originalmente posta para análise da fiscalização.

Somente em sede de manifestação de inconformidade é que a contribuinte veio alegar que se tratava de estimativas de IRPJ que haviam sido compensadas com IR pago no exterior em períodos anteriores.

Entretanto, conforme exposto anteriormente, durante o procedimento de fiscalização, a contribuinte não logrou apresentar elementos probatórios hábeis e idôneos para demonstrar a efetiva participação nas empresas no exterior e para comprovar o efetivo pagamento do IR no exterior.

Assim, diante dos elementos probatórios à disposição, a fiscalização concluiu pela completa inexistência do direito ao aproveitamento de IR pago no exterior. Não se tratava de examinar se os créditos haviam sido escriturados de forma correta, dentro dos limites legais, na Parte B do LALUR e do LACS em 2014, mas de negar *in totum* tais créditos.

Neste diapasão, o exame dos limites legais para o registro de IR pago no exterior na Parte B do LALUR e do LACS somente passou a ser relevante a partir do momento que a recorrente começou a fazer prova da participação nas empresas no exterior, do montante de lucro efetivamente reconhecido, dos valores de IR efetivamente pagos no exterior.

Assim, a análise feita pela DRJ justifica-se pelo próprio aperfeiçoamento probatório da contribuinte. Interpretar de forma diversa seria abrir a oportunidade para os sujeitos passivos deixarem de apresentar elementos probatórios essenciais à fiscalização e, depois, pleitear a anulação dos autos de infração e despachos decisórios pela contestação da interpretação dada aos fatos pela fiscalização com base nos elementos probatórios fornecidos. Evanesceria no ar o dever jurídico de colaboração com a fiscalização que se pode observar na legislação civil e tributária, como nos artigos 1.193 e 1.194 do Código Civil e os artigos 195 e 197 do Código Tributário Nacional.

Mas, há uma segunda razão relevante para não acolher a tese da contribuinte.

A análise feita pela DRJ sobre o limite para a escrituração de IR pago no exterior na Parte B do LALUR configura *obiter dictum* e não foi a razão determinante para o indeferimento do pleito creditório, na parte que foi negada.

Caso houvesse adotado o limite legal para o registro de IR pago no exterior como razão de decidir, a DRJ teria reduzido o montante passível de ser utilizado na compensação das estimativas que compuseram o saldo negativo de IRPJ de 2015. Segundo a interpretação da DRJ, limite a ser aproveitado seria de R\$ 380.121.976,91.

Mas, a DRJ negou integralmente o aproveitamento do saldo de IR pago no exterior de 31/12/2014, que foi utilizado pela contribuinte para compensar com estimativas de IRPJ que passaram a compor o saldo negativo de 2015.

A decisão que negou o crédito decorrente de estimativas compensadas com IR pago no exterior de períodos anteriores teve dois fundamentos: (i) a limitação do aproveitamento do IR pago no exterior (períodos anteriores e ano corrente) ao montante do IRPJ devido com base no lucro real (R\$ 69.986.733); e (ii) a falta de comprovação das participações e dos pagamentos.

Para explicar, tomo como ponto de partida a demonstração do crédito feito pela própria contribuinte na manifestação de inconformidade:

ECF 2015	
Registro N630 – Apuração do IRPJ com base no lucro real	
Linhas 3 e 4 – IRPJ apurado (imposto e adicional)	R\$69.986.733,54
(-) Linha 20 – IRRF	R\$31.362.237,74
(-) Linha 24 – IRPJ mensal - antecipações	R\$482.018.142,46
(-) Imposto de renda pago no exterior e deduzido no ajuste anual	R\$69.986.733,53
(=) Saldo Negativo de IRPJ 2015	R\$513.380.380,19

Segundo a apuração da contribuinte, o IR pago no exterior em 2015 foi parcialmente utilizado para zerar o IRPJ devido em 2015. O IRRF e o IR pago no exterior em 2014 foram utilizados para formar o saldo negativo.

Após todo o exame dos elementos probatórios juntados aos autos até aquele momento, a DRJ reconheceu o direito ao IRRF (já reconhecido pela fiscalização) e à dedução do IR pago no exterior no ano corrente no valor de R\$ 69.986.733, Desta forma, a apuração feita pela autoridade julgadora ficou da seguinte forma:

Descrição	Valores (R\$)
1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	
2. À Alíquota de 15%	42.006.440,12
3. Adicional	27.980.293,42
total	69.986.733,54
4. (-) Imposto de Renda pago no Exterior	69.986.733,54
5. (-) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	31.362.237,74
6. (=) Saldo Negativo de IRPJ	-31.362.237,74

O que foi integralmente negado foi o aproveitamento do IR pago no exterior em 2014 para a formação de saldo negativo.

A decisão que negou o aproveitamento do IR pago no exterior em 2014 foi fundada nas razões acima expostas. Reproduzo trechos do acórdão que tratam da fundamentação da decisão ora guerreada:

125. Por todo o exposto, está claro e expresso que o limite de utilização do IR pago no exterior como dedução **é único e abrange tanto o imposto eventualmente utilizado**

como dedução na estimativa como o montante do mesmo imposto utilizado como dedução no encerramento do período, independente da origem ser no próprio período ou em períodos anteriores, razão pelas quais mostram-se improcedentes todas as razões de defesa trazidas pela contribuinte nessa questão.

126. Desse modo, conclui-se que, no ano-calendário de 2015, o limite para utilização do IR pago no exterior é o valor do imposto devido no período, ou seja, o montante de R\$ 69.986.733,00.

[...]

IX-Das Conclusões

IX.1. Imposto de Renda Pago no Exterior no ano-calendário de 2014

339. Como a contribuinte apurou prejuízo fiscal e base de cálculo da CSLL negativa, e, em vista de sua alegação de que o imposto pago no exterior, utilizado em períodos subsequentes, no valor de R\$ 906.026.579,77, incidiu sobre lucros de R\$ 1.520.487.907,65, o valor limite para utilização em períodos futuros é de R\$ 380.121.976,91 ($25\% \times 1.520.487.907,65$), nos termos do artigo 14, §§ 15 a 17, da Instrução Normativa SRF nº 213, de 2002.

340. No ano-calendário de 2014, consideraram-se comprovadas a participação da Ambev Luxemburgo nas seguintes empresas:

1. Cerveceria Boliviana Nacional S/A - CBN (Bolívia) - percentual de 85,67%;
2. Cerveceria Paraguaya S/A (Paraguai) - percentual de 87,14%;
3. Cerveceria Y Malteria Quilmes (Argentina) - percentual de 99,75%;
4. FNC S/A (Uruguai) - percentual de 97,58%;
5. Labatt Brewing (Canadá) - percentual de 100%.

341. Embora confirmada a participação da AMBEV S/A na Ambev Luxemburgo, não restou demonstrado pela contribuinte o percentual dessa participação. Em consequência, não há como definir a participação da AMBEV S/A em cada uma das empresas acima.

342. Para o ano-calendário de 2014 foram aceitos como comprovados somente os pagamentos de IR no exterior efetuados pela Cerveceria Paraguay S/A (Paraguai), o qual seria no valor de R\$ 30.207.791,28, se considerada a participação alegada de 89,83% da AMBEV S/A na Ambev Luxemburgo.

343. Entretanto, em vista da não comprovação do percentual de participação da AMBEV S/A na Ambev Luxemburgo, não há certeza e liquidez quanto a esse valor. Portanto, não há como considerar esse montante neste Acórdão. (grifei)

Penso que está demonstrado à sociedade que a matéria dos limites para escrituração de IR pago no exterior no LALUR para utilização em períodos posteriores, trazida pela DRJ, não configurou a razão de decidir. Dessa forma, vai ao encontro do pedido pela própria recorrente, conforme se pode verificar no seguinte trecho da peça recursal:

249 Como referido no capítulo IV.1 acima, os despachos decisórios não se referiram a suposto excesso no registro nas Partes B do LALUR e do LACS dos valores de IR no exterior incidente sobre lucros disponibilizados e tributados no Brasil.

250 Ainda que não se reconheça a nulidade dos acórdãos recorridos em virtude desta inovação, **deverá ao menos ser reconhecido que este fundamento não poderá ser utilizado para denegar o crédito da Recorrente** (grifei)

Assim, pelas razões expostas, voto por afastar as alegações de nulidade da decisão de piso.

III – Mérito.

À partida, impende delinear com clareza a matéria que foi devolvida para apreciação desta segunda instância administrativa.

A contribuinte, por meio do Per nº 13908.38583.250516.1.3.02-8860, formalizou um crédito decorrente de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário 2015, que tinha a seguinte composição:

IR pago no exterior	R\$451.001.220,91
IRRF	R\$31.362.237,74
Total	R\$482.363.458,65

A parcela relativa ao IRRF foi reconhecida pela fiscalização. Todavia, como não houve o reconhecimento da parcela de IR pago no exterior, a autoridade administrativa apurou imposto de renda a pagar e não saldo negativo de IRPJ.

Posteriormente, em sede de manifestação de inconformidade, a contribuinte informou uma composição diversa para o saldo negativo de IRPJ:

ECF 2015	
Registro N630 – Apuração do IRPJ com base no lucro real	
Linhas 3 e 4 – IRPJ apurado (imposto e adicional)	R\$69.986.733,54
(-) Linha 20 – IRRF	R\$31.362.237,74
(-) Linha 24 – IRPJ mensal - antecipações	R\$482.018.142,46
(-) Imposto de renda pago no exterior e deduzido no ajuste anual	R\$69.986.733,53
(=) Saldo Negativo de IRPJ 2015	R\$513.380.380,19

As estimativas mensais seriam compostas pelos seguintes valores:

ECF 2015		
Registro N620 – Apuração do IRPJ mensal		
A09 – Setembro	Linha 20.01 – IR devido no mês	R\$74.335.145,60
A10 – Outubro	Linha 20.01 – IR devido no mês	R\$128.884.195,05
A11 – Novembro	Linha 20.01 – IR devido no mês	R\$91.146.009,78
A12 - Dezembro	Linha 20.01 – IR devido no mês	R\$187.652.522,03
Total		R\$482.018.142,46

O primeiro ponto a destacar é que o presente feito está limitado pelo montante de crédito original registrado no Pedido de Restituição – PER, que introduziu a norma individual e

concreta de crédito ora sob discussão e que foi o objeto do despacho decisório guerreado. Portanto, o crédito a ser apreciado é de R\$ 482.363.458,65.

O segundo ponto a ser destacado é que a decisão de primeira instância deu provimento parcial à manifestação de inconformidade e reconheceu um saldo negativo de R\$ 31.362.237,74. A fiscalização já havia reconhecido o montante de IRRF e a DRJ reconheceu o direito à utilização parcial do IR pago no exterior no ano-calendário 2015 para zerar o IRPJ a pagar. Assim, o saldo negativo pela DRJ passou a ter a seguinte composição:

Descrição	Valores (R\$)
1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	
2. À Alíquota de 15%	42.006.440,12
3. Adicional	27.980.293,42
total	69.986.733,54
4. (-) Imposto de Renda pago no Exterior	69.986.733,54
5. (-) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	31.362.237,74
6. (=) Saldo Negativo de IRPJ	-31.362.237,74

Portanto, a parcela da composição do saldo negativo que ainda é controversa diz respeito às estimativas mensais, que teriam sido compensadas com parte do saldo de IR pago no exterior controlado na Parte B do LALUR. Vale observar que, embora esta parcela esteja demonstrada pela recorrente com o valor de R\$ 482.018.142,46, o valor em discussão, limitado pelo PER original, é de R\$ 451.001.220,91 (R\$ 482.018.142,46 – R\$ 31.362.237,74).

Desta forma, o presente voto irá se ater às matérias e alegações que digam respeito à compensação de estimativas de IRPJ no ano-calendário 2015 com parte do saldo de IR pago no exterior no ano-calendário 2014 controlado na parte B do LALUR.

III.1 – Compensações de estimativas de IRPJ com saldo de IR pago no exterior. Formação de saldo negativo.

Embora já relatado anteriormente, vale repisar neste momento que a maior parte do saldo negativo de IRPJ apurado pela contribuinte consiste em estimativas de IRPJ do ano-calendário 2015 que teriam sido compensadas com parte do saldo de IR pago no exterior, conforme saldo registrado na Parte B do LALUR em 2014.

A fim de que não parem dúvidas, reproduzo trechos do recurso voluntário nos quais a recorrente afirma que o crédito pleiteado decorre das estimativas compensadas com IR pago no exterior:

6 Trata-se de declarações de compensação apresentadas pela Recorrente com base nos saldos negativos de IRPJ e CSLL de 2015 (Processos 16692.720872/2017-33 e 16692.720874/2017-22, respectivamente) e nos saldos negativos de IRPJ e CSLL de 2016 (Processos 16692.720871/2017-99 e 16692.720873/2017-88, respectivamente).

7 Referidos saldos negativos são decorrentes do desconto, nas respectivas apurações anuais de IRPJ e CSLL de 2015 e 2016, de deduções de: (i) **antecipações mensais**; (ii) imposto de renda pago por controladas indiretas da Recorrente no exterior (“IR no exterior”); e (iii) IRRF, no caso do saldo negativo de IRPJ.

[...]

10 Já os valores de antecipações mensais apurados durante os respectivos anos-calendário foram quitados com valores de IR no exterior pagos por controladas indiretas da Recorrente em períodos anteriores (i.e. em 2014 e 2015) e controlados nas Partes B do LALUR e do LACS.

[...]

279 Como mencionado anteriormente, a Recorrente utilizou os saldos de Parte B do LALUR e do LACS registrados em 2014 e 2015 para quitar antecipações mensais DEVIDAS do IRPJ e da CSLL apuradas durante os anos-calendário de 2015 e 2016.

280 Tendo isto em vista, a DRJ entendeu – sem indicar qualquer fundamento legal para isto – que tais antecipações mensais apuradas durante os anos-calendário de 2015 e de 2016 não poderiam ser deduzidas nas apurações anuais de IRPJ e CSLL dos respectivos períodos. Na verdade, tentou, por via transversa, converter tais estimativas efetivamente pagas em imposto de renda pago no exterior. É o que se explica em mais detalhes abaixo. – grifei.

Diante de tal situação, é preciso analisar a matéria em dois aspectos distintos e complementares: (i) quais os requisitos legais para a utilização de estimativas compensadas com créditos de períodos anteriores na composição de saldos negativos; e (ii) qual a possibilidade de compensar as estimativas com créditos de IR pago no exterior em períodos anteriores.

Cada ponto será analisado em tópico próprio neste voto.

III.1.a – Compensação de estimativas para composição de saldo negativo de IRPJ. Requisitos legais.

Inicialmente, é preciso analisar em que condições as estimativas de IRPJ, quando compensadas com créditos de períodos anteriores, podem compor o saldo negativo de IRPJ.

Partimos, então, do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.430/1996:

Art. 2º A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pela pagamento do imposto, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, mediante a aplicação dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sobre a receita bruta definida pela art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, auferida mensalmente, deduzida das devoluções, vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 e nos arts. 30, 32, 34 e 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§1º O imposto a ser pago mensalmente na forma deste artigo será determinado mediante a aplicação, sobre a base de cálculo, da alíquota de quinze por cento.

§2º A parcela da base de cálculo, apurada mensalmente, que exceder a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ficará sujeita à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento.

§3º A pessoa jurídica que optar pela pagamento do imposto na forma deste artigo deverá apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano, exceto nas hipóteses de que tratam os §§1º e 2º do artigo anterior.

§4º Para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor:

I - dos incentivos fiscais de dedução do imposto, observados os limites e prazos fixados na legislação vigente, bem como o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

II - dos incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

III - do imposto de renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;

IV - do imposto de renda pago na forma deste artigo. – grifei.

É cristalino que, no que importa para o deslinde da questão posta para análise, somente o IRRF e a estimativa de IRPJ efetivamente paga é que têm previsão legal expressa para serem deduzidos do IRPJ devido no ajuste do Lucro Real para fins de formação do imposto a pagar ou do saldo negativo de IRPJ.

No caso concreto, as estimativas reivindicadas pela recorrente não foram pagas na forma do artigo transcrito. Segundo alega a recorrente, as estimativas de IRPJ teriam sido compensadas com parte do saldo de IR pago no exterior registrado no LALUR em 31/12/2014.

Entretanto, a pretensa compensação na escrituração contábil e fiscal entre o IR pago no exterior e os débitos de estimativa de IRPJ não se mostra viável. De se ver.

A compensação de créditos passíveis de restituição está inteiramente regulada pelo artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com redação dada pelas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003:

Art. 74. **O sujeito passivo que apurar crédito**, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, **passível de restituição ou de ressarcimento**, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

§ 1º A compensação de que trata o caput será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos compensados.

§ 2º A compensação declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

[...]

§ 5º O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação.

§ 6º A declaração de compensação constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados.

§ 7º Não homologada a compensação, a autoridade administrativa deverá cientificar o sujeito passivo e intimá-lo a efetuar, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do ato que não a homologou, o pagamento dos débitos indevidamente compensados.

[...] – grifei.

A Lei nº 10.637/2002 trouxe substancial alteração na regulação jurídica da repetição de indébito no âmbito da Secretaria da Receita Federal. De um lado, abriu a

possibilidade de compensar créditos passíveis de restituição ou ressarcimento com (quaisquer) tributos administrados pela RFB. De outro, obrigou (§ 1º) a apresentação de Declaração de Compensação (DCOMP).

A declaração do débito de estimativa na DCOMP tem como efeito jurídico a constituição do débito por força do caráter de confissão de dívida e instrumento hábil para a cobrança do débito. Ademais, ocorre a extinção do crédito tributário sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

Portanto, desde a entrada em vigor da Lei nº 10.637/2002, para que os débitos de estimativa sejam compensados e possam, para fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.430/96, compor o saldo negativo de IRPJ, é preciso que o débito esteja confessado e compensado em DCOMP. A exigência é inafastável.

A questão já se encontra pacificada no âmbito do CARF, como se observa na disposição da Súmula CARF nº 145, verbis:

A partir da 01/10/2002, a compensação de crédito de saldo negativo de IRPJ ou CSLL, ainda que com tributo de mesma espécie, deve ser promovida mediante apresentação de Declaração de Compensação - DCOMP.

Veja que até o saldo negativo de IRPJ, para ser compensado com IRPJ a pagar, deve ser por meio de Declaração de Compensação.

O sentido da norma é evidente: o que é passível de restituição é o IRPJ efetivamente pago ou retido. Para tanto, a Declaração de Compensação tem o condão de extinguir o crédito tributário sob condição resolutória. Portanto, para que a estimativa pudesse ser compensada com IR pago no exterior, a contribuinte deveria ter declarado os débitos e feito a extinção por meio de Declaração de Compensação.

Todavia, a contribuinte não declarou os débitos das estimativas ora reclamadas e não os compensou em DCOMP. Portanto, tais valores não podem compor o saldo negativo de IRPJ no ano calendário 2015.

Vale destacar que a decisão de piso já havia apontado esse óbice. Cito excerto que trata da matéria:

80. Na apuração do IRPJ pelo lucro real anual, bem como da CSLL, os pagamentos efetuados para extinguir as estimativas mensais, constituem-se em antecipações do imposto ou contribuição devidos no final do período de apuração. Ou seja, o contribuinte porquanto fez a opção prevista pelo Lucro Real Anual, fica obrigada aos recolhimentos mensais por estimativa, devendo, ao final do período de apuração, proceder ao confronto entre os valores das estimativas extintas e os valores apurados de IRPJ ou da CSLL.

81. Destaque-se que na apreciação de reconhecimento de direito creditório com origem em saldos negativos, tanto do IRPJ como da CSLL, a utilização das parcelas de crédito com origem em estimativas mensais, informadas pela contribuinte no Demonstrativo de Crédito do Per/Dcomp não é automática, mas depende do cumprimento de uma série de requisitos e condições previstos na legislação aplicável.

82. Dessa forma, de forma resumida e para os fins que se propõe essa apreciação, os pagamentos efetuados pela contribuinte somente se convertem em estimativas se

efetivamente realizados, referidos ao período de apuração e ao tributo específico e, ainda, devem estar alocados aos débitos declarados em DCTF. **A compensação de estimativas, disciplinada pelo artigo 74, da Lei nº 9.430, de 1996, deve estar formalizada em Declarações de Compensação e atender aos requisitos legais previstos.** O Imposto de Renda Retido na Fonte- IRRF, somente pode ser utilizado como dedução nas estimativas mensais e no encerramento do período desde que retido pelas fontes pagadoras e, ao mesmo tempo, oferecidas as receitas correspondentes à tributação.

A questão do aproveitamento de estimativas compensadas por meio de Declarações de Compensação, mesmo quando pendentes de decisão administrativa, tem sido reiteradamente acolhida pela jurisprudência deste Conselho, como se pode ver nos julgados que trago à colação:

ESTIMATIVAS QUITADAS POR COMPENSAÇÃO DE SALDOS NEGATIVOS DE PERÍODO(S) ANTERIOR(ES). POSSIBILIDADE.

As estimativas do IRPJ e da CSLL convertem-se nos próprios tributos após encerramento do período de apuração. Assim, o que se cobrará após o encerramento do exercício não é a estimativa, e sim o próprio Imposto sobre a Renda e a própria Contribuição Social. Nos termos do Parecer PGFN/CAT nº 88/2014, **a compensação, por meio de declaração de compensação, de débitos de estimativas do ano-corrente do crédito de saldo negativo apurado, pode ser executada pela PGFN, razão pela qual o crédito formado no período pode ser reconhecido** se esta for a única pendência apresentada. (Acórdão CARF nº 1401-001.930, de 22/06/2017) - grifei

COMPENSAÇÃO. GLOSA DE ESTIMATIVAS COBRADAS EM PER/DCOMP. DESCABIMENTO.

A estimativa quitada através de compensação não homologada pode compor o saldo negativo do período, **haja vista a possibilidade de referidos débitos serem cobrados com base em Pedido de Restituição/Declaração de Compensação (PER/DCOMP).** Assim, não cabe a glosa dessas estimativas na apuração do saldo negativo apurado na Declaração de Informações Econômico - fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). (Acórdão CARF nº 1401-003.764, de 18/09/2019) – grifei.

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. INDEFERIMENTO EM RAZÃO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ESTIMATIVAS COMPENSADAS NO PERÍODO. IMPOSSIBILIDADE.

Na hipótese de compensação de estimativas não homologada, **os débitos serão cobrados com base em Pedido de Ressarcimento ou Restituição/Declaração de Compensação (Per/DComp)**, e, por conseguinte, não cabe a glosa dessas estimativas na apuração do imposto a pagar ou do saldo negativo apurado na Declaração de Informações Econômico - fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A compensação regularmente declarada, tem o efeito de extinguir o crédito tributário, equivalendo ao pagamento para todos os fins, inclusive, para fins de composição de saldo negativo.

A glosa do saldo negativo utilizado pela ora Recorrente acarreta cobrança em duplicidade do mesmo débito. (Acórdão CARF nº 1401-003.499, de 12/06/2019) – grifei.

No mesmo diapasão, a questão da composição do saldo negativo com estimativas objeto de compensação com créditos anteriores foi tratada recentemente por meio do Parecer Normativo COSIT nº 02, de 03/12/2018. Destaco parte da ementa:

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. EXTINÇÃO DE ESTIMATIVAS POR COMPENSAÇÃO. ANTECIPAÇÃO. FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO. 31 DE DEZEMBRO. COBRANÇA. TRIBUTO DEVIDO.

Os valores apurados mensalmente por estimativa podiam ser quitados por Declaração de compensação (Dcomp) até 31 de maio de 2018, data que entrou em vigor a Lei nº 13.670, de 2018, que passou a vedar a compensação de débitos tributários concernentes a estimativas.

[...]

No caso de Dcomp não homologada, se o despacho decisório que não homologou a compensação for prolatado antes de 31 de dezembro, e não foi objeto de manifestação de inconformidade, não há formação do crédito tributário nem a sua extinção; não há como cobrar o valor não homologado na Dcomp, e este tampouco pode compor o saldo negativo de IRPJ ou a base de cálculo negativa da CSLL.

No caso de Dcomp não homologada, se o despacho decisório for prolatado após 31 de dezembro do ano-calendário, ou até esta data e for objeto de manifestação de inconformidade pendente de julgamento, então o crédito tributário continua extinto e está com a exigibilidade suspensa (§ 11 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996), pois ocorrem três situações jurídicas concomitantes quando da ocorrência do fato jurídico tributário: (i) o valor confessado a título de estimativas deixa de ser mera antecipação e passa a ser crédito tributário constituído pela apuração em 31/12; (ii) a confissão em DCTF/Dcomp constitui o crédito tributário; (iii) o crédito tributário está extinto via compensação.

Não é necessário glosar o valor confessado, caso o tributo devido seja maior que os valores das estimativas, devendo ser as então estimativas cobradas como tributo devido.

Se o valor objeto de Dcomp não homologada integrar saldo negativo de IRPJ ou a base negativa da CSLL, o direito creditório destes decorrentes deve ser deferido, pois em 31 de dezembro o débito tributário referente à estimativa restou constituído pela confissão e será objeto de cobrança.

De todo o exposto, vê-se que a declaração do débito de estimativa e a utilização da DCOMP para a sua compensação são condições essenciais para o reconhecimento da validade das estimativas para a composição do saldo negativo de IRPJ ou CSLL.

Em outro giro, a contribuinte contesta as razões apontadas na decisão de primeira instância nos seguintes termos:

283 Para suportar sua posição, a DRJ esclarece que somente os valores de antecipações mensais declarados como devidos em DCTF e pagas em dinheiro ou compensadas nos termos do art. 74 da Lei 9.430/96 é que poderiam ser objeto da dedução prevista na Lei 9.430/96.

284 Isto, contudo, não é verdade. Para infirmar a conclusão da DRJ, cite-se o exemplo da utilização do IRRF para dedução dos valores de antecipações mensais de IRPJ. Quando a pessoa jurídica sujeita ao recolhimento de antecipações mensais utiliza valores de IRRF para compensar parte do valor das obrigações mensais devidas, esta parcela não é declarada em DCTF e tampouco esta compensação se opera nos termos do art. 74 da Lei 9.430/96.

285 Nada obstante, o respectivo valor de antecipação mensal compensado com IRRF **(sem declaração em DCTF e sem utilização de declarações de**

compensação) é computado na apuração anual do IRPJ e da CSLL como antecipação mensal – e não como IRRF.

A meu sentir, trata-se de alegação genérica, sem fundamento, que não resiste a uma análise mais detalhada.

A primeira questão a ser posta é que a recorrente compara IRRF do ano corrente com os créditos de IR pago no exterior em períodos anteriores. A comparação é equivocada. Caso quisesse mesmo fazer uma comparação adequada, teria de comparar o IRRF do ano corrente com o IR pago no exterior do ano corrente. Em ambos os casos, os créditos são apurados na escrituração fiscal para determinar o IRPJ a pagar. O IRRF pode compor o saldo negativo e o IR pago no exterior está limitado ao montante do IRPJ devido sobre o lucro real.

Por outro lado, se fizesse a comparação do IR pago no exterior em períodos anteriores com IRRF de anos anteriores, veria que o IRRF de anos-calendários anteriores compõe o saldo negativo e, nesse caso, como já exposto, teria de ser utilizado em DCOMP para a compensação de IRPJ a pagar.

Neste sentido, trago o seguinte julgado, ilustrativo da matéria:

COMPENSAÇÃO. COMPOSIÇÃO DO SALDO NEGATIVO DE IRPJ.

APROVEITAMENTO DE IRRF RETIDO EM ANOS - CALENDÁRIO ANTERIORES. IMPOSSIBILIDADE.

O reconhecimento de receitas e respectivas retenções deve observar ao regime de competência na apuração dos resultados do exercício. Assim, os valores retidos em determinado exercício devem ser utilizados para deduzir do imposto mensal ou anual apurados ou para compor o saldo negativo do IRPJ do exercício, quando se apure imposto a pagar em valor menor que o montante retido. **Assim, o IRRF retido sobre rendimentos auferidos em ano - calendário anterior, que deixou de ser aproveitado, não pode ser compensado diretamente com o imposto apurado no ano - calendário subsequente, mas sim deve compor o saldo negativo do IRPJ do ano da retenção.** (Acórdão CARF nº 1002-000.879, de 10/10/2019) – grifei.

IRRF COMO ANTECIPAÇÃO DO DEVIDO. COMPENSAÇÃO COM OUTROS TRIBUTOS. IRPJ. SALDO NEGATIVO. NECESSIDADE

Não se tratando de retenção indevida, o imposto de renda retido por fontes pagadoras como antecipação do devido, isoladamente considerado, não se presta a eventual compensação tributária. Somente o eventual saldo negativo encontrado ao final do período de apuração do imposto é que pode ser objeto de compensação com outros tributos. (Acórdão CARF nº 1302-003.413, de 21/02/2019)

Também é de se registrar que a recorrente usa das comparações do IR pago no exterior de formas diversas, conforme lhe convém. Além da comparação com o IRRF, há, também, na peça recursal comparações com prejuízo fiscal e com créditos de PIS/COFINS, conforme se pode verificar nos seguintes excertos:

257 Isto porque, os §§ 15, 16 e 17 da IN 213/02 (para 2014) e os §§16 e 17 do art. 30 da IN 1.520/14 (para 2015) se limitam a disciplinar que os valores de IR no exterior que não puderem ser utilizados no respectivo período de apuração para dedução do IRPJ (em virtude da apuração de prejuízos fiscais antes da adição dos lucros disponibilizados no exterior), podem ser registrados na Parte B do LALUR para utilização em períodos

subsequentes, obedecendo-se ao limite de 25% do valor do lucro no exterior considerado disponibilizado no Brasil.

258 Referida disposição tem como claro objetivo preservar a equidade entre contribuintes (em princípio pelo menos para fins de IRPJ) que não auferem rendimentos no exterior e aqueles que, em decorrência da adição de lucros disponibilizados no exterior, passam de uma situação de prejuízo fiscal a uma situação de lucro real ou que apuram prejuízo fiscal menor do que apurariam caso não houvesse tributação em bases universais.

259 Isto porque, o contribuinte que não auferir rendimento no exterior e apura prejuízo fiscal pode compensar referidos prejuízos em períodos subsequentes.

260 Já o contribuinte na mesma situação de prejuízo fiscal antes da adição de lucros no exterior teria, não fosse a previsão acima, seu direito de compensar referidos prejuízos (apurados em suas próprias operações) nos períodos subsequentes limitado, uma vez que a adição de lucros no exterior diminui ou elimina o prejuízo fiscal apurado.

261 Ao mesmo tempo, a parcela do IR no exterior incidente sobre os lucros no exterior não pode ser deduzida no período, uma vez que a dedução é limitada aos valores do IRPJ e da CSLL efetivamente apurados no próprio período.

262 Portanto, foi para evitar que o contribuinte que auferir lucro no exterior e prejuízos fiscais no Brasil fique prejudicado duas vezes (isto é, pela perda do prejuízo fiscal e base negativa apurados em suas próprias operações e pela impossibilidade de dedução integral dos valores de IR no exterior pago no próprio período), que se estabeleceu a possibilidade de utilização de valores de IR no exterior não aproveitados no próprio período de apuração mediante controle na Parte B do LALUR.

[...]

301 O IR no exterior de períodos anteriores, controlado em Parte B, já atendeu à condição de “imposto incidente sobre lucros disponibilizados e tributados no Brasil” posto que de fato incidiu sobre lucros no exterior adicionados em períodos anteriores e que consumiram, dentro dos limites aplicáveis, prejuízos fiscais e bases negativas da pessoa jurídica brasileira.

302 Também não há qualquer razão para distinguir o tratamento dado às compensações de antecipações mensais efetivadas na forma do art. 74 da Lei 9.430/96 e as compensações efetuadas na forma dos arts. 26 da Lei 9.249/95 ou art. 85 da Lei 12.973/14.

303 Não se cogitaria afirmar que o contribuinte que se utiliza de valores de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS para compensar antecipações mensais não pode usar os respectivos valores como dedução do IRPJ ou da CSLL na apuração anual porque, na origem, tais valores foram créditos de PIS e COFINS.

303.1 Ainda que por formas diferentes, a legislação admite a compensação das antecipações mensais de IRPJ e CSLL com valores de IR no exterior sobre lucros disponibilizados e tributados no Brasil tanto quanto admite que tais antecipações sejam compensadas com créditos de PIS e COFINS passíveis de ressarcimento. – grifei.

De tudo visto, conclui-se que não podem integrar o saldo negativo de IRPJ do ano-calendário 2015 as estimativas que foram objeto de compensação apenas na escrituração comercial/fiscal e não foram declaradas por meio de DCOMP. Não houve a

constituição dos respectivos débitos e sua extinção sob condição resolutória por meio de DCOMP.

Ademais, há um outro óbice que é a própria (im)possibilidade de utilizar o saldo de IR pago no exterior de períodos anteriores (ano-calendário 2014) para quitar as estimativas por meio de compensação.

É o que passo a analisar no próximo item deste voto.

III.1.b – Possibilidade de compensação de estimativas de IRPJ com saldo de IR pago no exterior em período anterior.

Neste tópico, o ponto nevrálgico da questão posta para análise pode ser extraído da redação do *caput* do artigo 74 da Lei nº 9.430/96:

Art. 74. **O sujeito passivo que apurar crédito**, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, **passível de restituição ou de ressarcimento**, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

A inteligência do dispositivo legal citado é que somente os créditos passíveis de restituição ou ressarcimento podem ser utilizados na compensação de débitos relativos a tributos administrados pela RFB. Em outras palavras, para que seja possível compensar as estimativas de IRPJ no ano-calendário 2015 com créditos de IR pago no exterior em 2014, é preciso que estes créditos sejam passíveis de restituição ou ressarcimento.

Impende, destarte, examinar a legislação de regência do IR pago no exterior para verificar tal possibilidade.

À partida, é de se citar a legislação de regência em vigor no ano-calendário de 2014, considerando que a recorrente não fez a opção de que trata o artigo 96 da Lei nº 12.973/2014.

Primeiro, em relação ao dever jurídico de reconhecer os lucros auferidos por controladas e coligadas no exterior:

Lei nº 9.249/95:

Art. 25. **Os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na determinação do lucro real das pessoas jurídicas correspondente ao balanço levantado em 31 de dezembro de cada ano.**

§ 1º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na apuração do lucro líquido das pessoas jurídicas com observância do seguinte:

I - os rendimentos e ganhos de capital serão convertidos em Reais de acordo com a taxa de câmbio, para venda, na data em que forem contabilizados no Brasil;

II - caso a moeda em que for auferido o rendimento ou ganho de capital não tiver cotação no Brasil, será ela convertida em dólares norte-americanos e, em seguida, em Reais;

§ 2º Os lucros auferidos por filiais, sucursais ou controladas, no exterior, de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil serão computados na apuração do lucro real com observância do seguinte:

I - as filiais, sucursais e controladas deverão demonstrar a apuração dos lucros que auferirem em cada um de seus exercícios fiscais, segundo as normas da legislação brasileira;

II - os lucros a que se refere o inciso I serão adicionados ao lucro líquido da matriz ou controladora, na proporção de sua participação acionária, para apuração do lucro real;

III - se a pessoa jurídica se extinguir no curso do exercício, deverá adicionar ao seu lucro líquido os lucros auferidos por filiais, sucursais ou controladas, até a data do balanço de encerramento;

IV - as demonstrações financeiras das filiais, sucursais e controladas que embasem as demonstrações em Reais deverão ser mantidas no Brasil pelo prazo previsto no art. 173 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º Os lucros auferidos no exterior por coligadas de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil serão computados na apuração do lucro real com observância do seguinte:

I - os lucros realizados pela coligada serão adicionados ao lucro líquido, na proporção da participação da pessoa jurídica no capital da coligada;

II - os lucros a serem computados na apuração do lucro real são os apurados no balanço ou balanços levantados pela coligada no curso do período-base da pessoa jurídica;

III - se a pessoa jurídica se extinguir no curso do exercício, deverá adicionar ao seu lucro líquido, para apuração do lucro real, sua participação nos lucros da coligada apurados por esta em balanços levantados até a data do balanço de encerramento da pessoa jurídica;

IV - a pessoa jurídica deverá conservar em seu poder cópia das demonstrações financeiras da coligada.

§ 4º Os lucros a que se referem os §§ 2º e 3º serão convertidos em Reais pela taxa de câmbio, para venda, do dia das demonstrações financeiras em que tenham sido apurados os lucros da filial, sucursal, controlada ou coligada.

§ 5º Os prejuízos e perdas decorrentes das operações referidas neste artigo não serão compensados com lucros auferidos no Brasil.

§ 6º Os resultados da avaliação dos investimentos no exterior, pelo método da equivalência patrimonial, continuarão a ter o tratamento previsto na legislação vigente, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

§ 7º Os lucros serão apurados segundo as normas da legislação comercial do país de domicílio.

Lei nº 9.430/1996

Art.16.Sem prejuízo do disposto nos arts. 25, 26 e 27 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os lucros auferidos por filiais, sucursais, controladas e coligadas, no exterior, serão:

I-considerados de forma individualizada, por filial, sucursal, controlada ou coligada;

II-arbitrados, os lucros das filiais, sucursais e controladas, quando não for possível a determinação de seus resultados, com observância das mesmas normas aplicáveis às pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil e computados na determinação do lucro real.

§1º Os resultados decorrentes de aplicações financeiras de renda variável no exterior, em um mesmo país, poderão ser consolidados para efeito de cômputo do ganho, na determinação do lucro real.

§2º Para efeito da compensação de imposto pago no exterior, a pessoa jurídica:

I - com relação aos lucros, deverá apresentar as demonstrações financeiras correspondentes, exceto na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo;

II -fica dispensada da obrigação a que se refere o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, quando comprovar que a legislação do país de origem do lucro, rendimento ou ganho de capital prevê a incidência do imposto de renda que houver sido pago, por meio do documento de arrecadação apresentado.

§3º Na hipótese de arbitramento do lucro da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, os lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior serão adicionados ao lucro arbitrado para determinação da base de cálculo do imposto.

§4º Do imposto devido correspondente a lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior não será admitida qualquer destinação ou dedução a título de incentivo fiscal.

Medida Provisória nº 2.158-35/2001

Art.21.Os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior sujeitam-se à incidência da CSLL, observadas as normas de tributação universal de que tratam os arts. 25 a 27 da Lei nº 9.249, de 1995, os arts. 15 a 17 da Lei nº 9.430, de 1996, e o art. 1º da Lei nº 9.532, de 1997.

Art.74.Para fim de determinação da base de cálculo do imposto de renda e da CSLL, nos termos do art. 25 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e do art. 21 desta Medida Provisória, os lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior serão considerados disponibilizados para a controladora ou coligada no Brasil na data do balanço no qual tiverem sido apurados, na forma do regulamento.

Da legislação citada, depreende-se que as pessoas jurídicas deveriam reconhecer no Brasil os lucros auferidos pelas controladas e coligadas no exterior e adicioná-los ao Lucro Real e à base de cálculo da CSLL. O reconhecimento deveria se dar no balanço de 31 de dezembro do ano em que a controlada ou coligada no exterior reconhecer o lucro em seu balanço.

Em outras palavras, o reconhecimento do lucro auferido pelas controladas/coligadas no exterior se dá na apuração do lucro real conforme balanço de 31/12 do ano em que os lucros no exterior forem disponibilizados, seja na apuração do balanço de redução/suspensão de dezembro, seja na apuração do ajuste.

Entretanto, houve uma preocupação do legislador pátrio de evitar que a tributação no Brasil simplesmente fosse cumulada com a tributação dos lucro auferidos pelas controladas/coligadas no exterior. A norma de equilíbrio encontra-se na Lei nº 9.249/1995:

Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995

Art. 26. A pessoa jurídica poderá compensar o imposto de renda incidente, no exterior, sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital computados no lucro real, até o limite do imposto de renda incidente, no Brasil, sobre os referidos lucros, rendimentos ou ganhos de capital.

§ 1º Para efeito de determinação do limite fixado no caput, o imposto incidente, no Brasil, correspondente aos lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos no exterior, será proporcional ao total do imposto e adicional devidos pela pessoa jurídica no Brasil.

§ 2º Para fins de compensação, o documento relativo ao imposto de renda incidente no exterior deverá ser reconhecido pelo respectivo órgão arrecadador e pelo Consulado da Embaixada Brasileira no país em que for devido o imposto.

§ 3º O imposto de renda a ser compensado será convertido em quantidade de Reais, de acordo com a taxa de câmbio, para venda, na data em que o imposto foi pago; caso a moeda em que o imposto foi pago não tiver cotação no Brasil, será ela convertida em dólares norte-americanos e, em seguida, em Reais.

Merece destaque que o IR pago no exterior a ser aproveitado pela controladora no Brasil é aquele incidente sobre os “referidos lucros”, ou seja, os lucros reconhecidos no lucro real e na base de cálculo da CSLL no ano em que disponibilizados. E também merece destaque que o aproveitamento está limitado ao IRPJ apurado com base no lucro real.

A leitura sistemática dos dispositivos legais permite compreender a mecânica da tributação dos lucros em bases universais positivada no direito tributário brasileiro. Pode-se detalhar essa mecânica nos seguintes itens:

- os lucros são tributados em bases universais;
- a tributação no Brasil dos lucros auferidos por controladas/coligadas no exterior não pode ser inferior à tributação de lucros auferidos no Brasil (lucro real, 15% de IRPJ, 10% de adicional, 9% de CSLL);
- o aproveitamento do IR pago no exterior serve para garantir duas situações básicas: (i) caso a tributação no exterior seja inferior à tributação no Brasil, prevalece a carga nacional e o sujeito passivo irá pagar no IRPJ e na CSLL a diferença entre a carga no exterior e a carga tributária brasileira (em igualdade com os demais contribuintes no Brasil); e (ii) se a tributação no exterior for superior à nacional, o aproveitamento do IR pago no exterior será apenas o suficiente para eliminar a tributação nacional, não sendo passível de devolução, no Brasil, o imposto pago no exterior.

A legislação de regência não permite, portanto, que qualquer crédito de IR pago no exterior forme saldo negativo de IRPJ e seja passível de restituição ou ressarcimento. Não é possível, conforme inteligência da legislação citada, a repetição no Brasil de imposto pago no exterior.

A jurisprudência deste Conselho tem respaldado essa posição, conforme se pode ver nos seguintes julgados:

SALDO NEGATIVO DE IRPJ. IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR. PREJUÍZO FISCAL. COMPENSAÇÃO INCABÍVEL.

Considerada a natureza do IRRF pago no exterior como antecipação do imposto devido no ajuste final, é facultada a sua compensação desde que haja lucro real positivo, pois é vedado gerar saldo negativo de IRPJ com o Imposto Retido na Fonte pago no exterior. (Acórdão CARF nº 1401-003.611, de 18/07/2019)

IPRJ. IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR. SALDO NEGATIVO. COMPENSAÇÃO. PREJUÍZO FISCAL.

Não havendo imposto de renda devido no Brasil não há que se falar em aproveitamento de crédito de imposto de renda pago no exterior. O imposto de renda devido no exterior, quando escriturado em exercício cuja apuração resultou em prejuízo, não compõe saldo negativo de IRPJ, portanto, não pode ser compensado com tributos de outra espécie. (Acórdão CARF nº 1402-002.385, de 14/02/2017)

IRPJ. COMPENSAÇÃO COM IMPOSTO DE RENDA PAGO NO EXTERIOR. EXERCÍCIO 2003. APURAÇÃO DE PREJUÍZO. AUSÊNCIA DE SALDO NEGATIVO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS DE OUTRAS ESPÉCIES

Não havendo imposto de renda devido no Brasil não há que se falar em aproveitamento de crédito de imposto de renda pago no exterior. O imposto de renda devido no exterior, quando escriturado em exercício cuja apuração resultou em prejuízo, não compõe saldo negativo de IRPJ, portanto, não pode ser compensado com tributos de outra espécie. (Acórdão nº 1101-000.892, de 09/05/2013)

Aliás, é preciso destacar que a própria contribuinte, ao proceder à apuração do IRPJ a pagar no ano-calendário 2015 respeitou expressamente o limite legal para a compensação de IR pago no exterior, conforme seu relato na manifestação de inconformidade:

36 Como já referido, com base no Lucro Real anual do ano-calendário de 2015, a Defendente apurou R\$69.986.733,53 de IRPJ e adicional devidos (Linhas 3 e 4 do já citado Registro N630 da ECF referente ao ano-calendário de 2015).

37 Observando este limite, a Defendente deduziu do ajuste anual do IRPJ o valor de R\$69.986.733,53 a título de imposto de renda pago no exterior no próprio ano-calendário de 2015.

38 Nesse passo, registre-se que os valores de imposto de renda no exterior referente ao próprio ano-calendário de 2015 (na proporção correspondente ao IRPJ, lançados nas linhas 16.01 e 19 do Registro N630 da ECF 2015), num total de R\$1.565.174.377,67, foram lançados em 31/12/2015 na conta 506003 da Parte B do LALUR da ECF 2015 na Parte B do LALUR, descontando-se o montante de R\$69.986.733,53 utilizado no próprio ano [...] – grifei.

Está, portanto, bem estabelecido que é vedado pela legislação de regência a formação de saldo negativo com o IR pago no exterior e a sua utilização para compensação com outros débitos relativos a tributos administrados pela RFB.

Mas, a recorrente pretende fazer uma distinção entre o aproveitamento do IR pago no exterior no ano corrente e os créditos decorrentes de IR pago no exterior em períodos anteriores. É o que se pode observar na seguinte passagem da peça recursal:

301 O IR no exterior de períodos anteriores, controlado em Parte B, já atendeu à condição de “imposto incidente sobre lucros disponibilizados e tributados no Brasil” posto que de fato incidiu sobre lucros no exterior adicionados em períodos

anteriores e que consumiram, dentro dos limites aplicáveis, prejuízos fiscais e bases negativas da pessoa jurídica brasileira.

302 Também não há qualquer razão para distinguir o tratamento dado às compensações de antecipações mensais efetivadas na forma do art. 74 da Lei 9.430/96 e as compensações efetuadas na forma dos arts. 26 da Lei 9.249/95 ou art. 85 da Lei 12.973/14.

[...]

304 Por todo o exposto, não há como se admitir a conclusão da DRJ de que os valores de antecipações mensais de IRPJ e CSLL compensados com IR no exterior de períodos anteriores sejam tratados como IR no exterior na apuração anual do IRPJ e da CSLL. **Referidos valores são – e devem ser tratados como – antecipações mensais de imposto e contribuição efetivamente pagas. – grifei.**

Em relação à situação concreta, que diz respeito ao aproveitamento de créditos de IR pago no exterior controlados na Parte B do LALUR, impende ressaltar que as normas legais não preveem qualquer aproveitamento de crédito de IR pago no exterior em períodos subsequentes àquele em que os respectivos lucros foram reconhecidos. Tal possibilidade surge tão somente com a Instrução Normativa SRF nº 213/2002:

Compensação do imposto pago no exterior com o imposto de renda devido no Brasil

Art. 14. O imposto de renda pago no país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada e o pago relativamente a rendimentos e ganhos de capital, poderão ser compensados com o que for devido no Brasil.

§ 1º Para efeito de compensação, considera-se imposto de renda pago no país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada ou o relativo a rendimentos e ganhos de capital, o tributo que incida sobre lucros, independentemente da denominação oficial adotada e do fato de ser este de competência de unidade da federação do país de origem.

§ 2º O tributo pago no exterior, a ser compensado, será convertido em Reais tomando-se por base a taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para venda, pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data de seu efetivo pagamento.

§ 3º Caso a moeda do país de origem do tributo não tenha cotação no Brasil, o seu valor será convertido em Dólares dos Estados Unidos da América e, em seguida, em Reais.

§ 4º A compensação do imposto será efetuada, de forma individualizada, por controlada, coligada, filial ou sucursal, vedada a consolidação dos valores de impostos correspondentes a diversas controladas, coligadas, filiais ou sucursais.

§ 5º Tratando-se de filiais e sucursais, domiciliadas num mesmo país, poderá haver consolidação dos tributos pagos, observado o disposto no § 2º do art. 3º e § 5º do art. 4º.

§ 6º A filial, sucursal, controlada ou coligada, no exterior, deverá consolidar os tributos pagos correspondentes a lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos por meio de outras pessoas jurídicas nas quais tenha participação societária.

§ 7º O tributo pago no exterior, passível de compensação, será sempre proporcional ao montante dos lucros, rendimentos ou ganhos de capital que houverem sido computados na determinação do lucro real.

§ 8º Para efeito de compensação, o tributo será considerado pelo valor efetivamente pago, não sendo permitido o aproveitamento de crédito de tributo decorrente de qualquer benefício fiscal.

§ 9º O valor do tributo pago no exterior, a ser compensado, não poderá exceder o montante do imposto de renda e adicional, devidos no Brasil, sobre o valor dos lucros, rendimentos e ganhos de capital incluídos na apuração do lucro real.

§ 10. Para efeito do disposto no parágrafo anterior, a pessoa jurídica, no Brasil, deverá calcular o valor:

I - do imposto pago no exterior, correspondente aos lucros de cada filial, sucursal, controlada ou coligada e aos rendimentos e ganhos de capital que houverem sido computados na determinação do lucro real;

II - do imposto de renda e adicional devidos sobre o lucro real antes e após a inclusão dos lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior.

§ 11. Efetuados os cálculos na forma do § 10, o tributo pago no exterior, passível de compensação, não poderá exceder o valor determinado segundo o disposto em seu inciso I, nem à diferença positiva entre os valores calculados sobre o lucro real com e sem a inclusão dos referidos lucros, rendimentos e ganhos de capital, referidos em seu inciso II.

§ 12. Observadas as normas deste artigo, a pessoa jurídica que tiver os lucros de filial, sucursal e controlada, no exterior, apurados por arbitramento, segundo o disposto nas normas específicas constantes desta Instrução Normativa, poderá compensar o tributo sobre a renda pago no país de domicílio da referida filial, sucursal ou controlada, cujos comprovantes de pagamento estejam em nome desta.

§ 13. A compensação dos tributos, na hipótese de cômputo de lucros, rendimentos ou ganhos de capital, auferidos no exterior, na determinação do lucro real, antes de seu pagamento no país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada, poderá ser efetuada, desde que os comprovantes de pagamento sejam colocados à disposição da Secretaria da Receita Federal antes de encerrado o ano-calendário correspondente.

§ 14. Em qualquer hipótese, a pessoa jurídica no Brasil deverá colocar os documentos comprobatórios do tributo compensado à disposição da Secretaria da Receita Federal, a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da compensação.

§ 15. O tributo pago sobre lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, que não puder ser compensado em virtude de a pessoa jurídica, no Brasil, no respectivo ano-calendário, não ter apurado lucro real positivo, poderá ser compensado com o que for devido nos anos-calendário subsequentes.

§ 16. Para efeito do disposto no § 15, a pessoa jurídica deverá calcular o montante do imposto a compensar em anos-calendário subsequentes e controlar o seu valor na Parte B do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur).

§ 17. O cálculo referido no § 16 será efetuado mediante a multiplicação dos lucros, rendimentos ou ganhos de capital computados no lucro real, considerados individualizadamente por filial, sucursal, coligada ou controlada, pela alíquota de quinze por cento, se o valor computado não exceder o limite de isenção do adicional, ou pela alíquota de vinte e cinco por cento, se exceder.

§ 18. Na hipótese de lucro real positivo, mas, em valor inferior ao total dos lucros, rendimentos e ganhos de capital nele computados, o tributo passível de compensação será determinado de conformidade com o disposto no § 17, tendo por base a diferença entre aquele total e o lucro real correspondente.

§ 19. Caso o tributo pago no exterior seja inferior ao valor determinado na forma dos §§ 17 e 18, somente o valor pago poderá ser compensado.

§ 20. Em cada ano-calendário, a parcela do tributo que for compensada com o imposto de renda e adicional devidos no Brasil, ou com a CSLL, na hipótese do art. 15, deverá ser baixada da respectiva folha de controle no Lalur.

Compensação com a CSLL devida no Brasil

Art. 15. O saldo do tributo pago no exterior, que exceder o valor compensável com o imposto de renda e adicional devidos no Brasil, poderá ser compensado com a CSLL devida em virtude da adição, à sua base de cálculo, dos lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior, até o valor devido em decorrência dessa adição.

O que se tem, portanto, é verdadeiro benefício fiscal veiculado não por meio de lei, mas de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

Partindo do princípio de que a norma legal não prevê a possibilidade de se devolver no Brasil o imposto pago no exterior e que a única forma de aproveitar o IR pago no exterior é para compensar com o IRPJ e a CSLL devidos quando houver adição de lucros de controladas/coligadas no exterior às respectivas bases de cálculo, penso que a interpretação mais correta desse dispositivo normativo administrativo é que possibilite tão somente o aproveitamento previsto pela lei.

Ora, se é vedado pela legislação pátria utilizar o IR pago no exterior do ano corrente para formar saldo negativo de IRPJ ou CSLL e, com isso, compensar com outros débitos, por que haveria uma transmutação de crédito não compensável para crédito compensável com o registro desse crédito na Parte B do LALUR?

O sentido da norma legal se mantém: não é passível de devolução no Brasil o imposto pago no exterior.

Conforme mencionado alhures, vale lembrar o que a norma legal prevê: (i) caso a tributação no exterior seja inferior à tributação no Brasil, prevalece a carga nacional e o sujeito passivo irá pagar no IRPJ e na CSLL a diferença entre a carga no exterior e a carga tributária brasileira (em igualdade com os demais contribuintes no Brasil); e (ii) se a tributação no exterior for superior à nacional, o aproveitamento do IR pago no exterior será apenas o suficiente para eliminar a tributação nacional, não sendo passível a devolução, no Brasil, do imposto pago no exterior.

Tendo em vista que se trata de norma administrativa, não se pode interpretar que esta esteja criando uma nova possibilidade de aproveitamento do IR pago no exterior além daquele estritamente previsto em lei.

Portanto, penso ser indevida a interpretação da recorrente de que haveria uma distinção entre o IR pago no exterior apurado no ano-calendário e o IR pago no exterior apurado em anos anteriores.

Trago à colação as palavras da recorrente:

296 Em resumo, a utilização do imposto incidente sobre lucros disponibilizados no curso do período de apuração só poderia mesmo ocorrer em face da antecipação mensal de dezembro apurada por balancete no qual o contribuinte tenha adicionado tais lucros.

297 Todavia, para o imposto de renda pago no exterior que incidiu sobre lucros disponibilizados em períodos anteriores e já tributados no Brasil, não há limitação quanto ao mês ou à forma de apuração – o lucro sobre o qual referido imposto incidiu já foi tributado no Brasil.

298 Esta leitura de referidas orientações está em linha com o art. 26 da Lei 9.249/95 e o art. 87 da Lei 12.973/14, que concedem aos contribuintes o direito de compensar o imposto incidente no exterior sobre os lucros disponibilizados e tributados no Brasil com o IRPJ e a CSLL devidos no Brasil.

299 Isto porque a norma não distingue entre o imposto e a contribuição devidos por apuração/antecipação mensal e o IRPJ e de CSLL devidos no ajuste anual, não cabendo ao intérprete estabelecer tal distinção.

A recorrente, em sua defesa, dirige a argumentação para focar a questão do limite de utilização. Em síntese, diz que a lei criou um limite para o IR pago no exterior no ano corrente e não haveria o mesmo limite para o aproveitamento do saldo de IR pago no exterior em períodos anteriores para quitar estimativas de IRPJ, que passariam a compor saldo negativo de IRPJ.

Entretanto, a questão é diversa. Como já exposto, a lei permite uma única forma de utilização para o IR pago no exterior, que é reduzir o IRPJ e a CSLL sobre o lucro real, na proporção dos lucros do exterior reconhecidos, com os limites e requisitos já apresentados.

Não há um outro uso legal para o IR pago no exterior.

A hipótese de apuração de um saldo controlado na Parte B do LALUR criada pela instrução normativa da Secretaria da Receita Federal traz a possibilidade de utilização deste saldo num momento futuro quando novamente houver a adição de lucros de coligadas e controladas no exterior às bases de cálculo de IRPJ e CSLL, caso o IR pago no exterior no ano corrente seja insuficiente para a compensação a que faria jus, dentro dos limites legais já mencionados.

Assim, a título de exemplo, caso, no futuro, o sujeito passivo reconhecer um lucro sobre o qual haja incidido um imposto de 20%, poderá usar o saldo controlado no LALUR para compensar a diferença, grosso modo, de 14% para a tributação brasileira (lucro real, 15% de IRPJ, 10% de adicional e 9% de CSLL).

Exatamente esse aproveitamento foi deferido pela autoridade julgadora de primeira instância no processo nº 16692.720871/2017-99, que trata de PER/DComp de saldo negativo de IRPJ de 2016, que também está sendo julgado nesta mesma reunião. Naquele processo, a DRJ reconheceu o direito da contribuinte de utilizar o saldo de IR pago no exterior no ano de 2015 para compensar parcialmente com o IRPJ devido em 2016, diretamente na escrita fiscal.

Considerando, portanto, que o IR pago no exterior não é passível de restituição ou ressarcimento no Brasil, fora da hipótese legal de compensação do IRPJ e a CSLL devidos quando houver adição de lucros auferidos por controladas/coligadas no exterior, dentro dos limites já mencionados, é de se concluir, no caso concreto sob exame, que os créditos de IR pago no exterior de períodos anteriores controlados no LALUR (ano-

calendário 2014) não são passíveis de compensação com estimativas de IRPJ e CSLL para fins de formação de saldo negativo no ano-calendário 2015.

O que fica evidente é que o artifício de “compensar” estimativas de IRPJ e CSLL com créditos de IR pago no exterior configura-se em verdadeira *fórmula alquímica* que transmutaria o imposto pago no exterior – que, em hipótese alguma seria passível de restituição ou ressarcimento no Brasil – em saldo negativo, ou seja, em crédito passível de restituição ou ressarcimento.

Pelas razões expostas, ou seja, pela inexistência de estimativas declaradas em DCTF e DCOMP e pela impossibilidade de restituição/ressarcimento de IR pago no exterior, voto, no mérito, por negar provimento ao recurso voluntário.

Em função do decidido, que abarca todo o objeto do PER em questão e do respectivo despacho decisório, ficam prejudicadas as questões relativas à comprovação da participação da recorrente nas controladas/coligadas no exterior, a comprovação do efetivo pagamento do IR no exterior e a questão dos limites para o registro do montante de IR pago no exterior a controlar na Parte B do LALUR.

IV – Aplicação do artigo 100 do Código Tributário Nacional.

A recorrente pugnou pela aplicação subsidiária do disposto no parágrafo único do artigo 100 do CTN, que prevê a exclusão da imposição de penalidades, cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo quando o sujeito passivo houver observado as normas complementares das leis, tratados, convenções e decretos.

A fundamentação do pedido é feita nos seguintes termos:

305 Como repisado acima, a conclusão de que os valores de antecipações mensais de IRPJ e CSLL compensados com IR no exterior de períodos anteriores são – e devem ser tratados como – antecipações mensais de imposto e contribuição efetivamente pagas é corroborada pelo Manual de Orientação de Preenchimento da ECF.

306 Nesse sentido, todos os Manuais de Orientação do Leiaute da ECF (desde o aprovado pelo ADE Cofis nº 60/2015, passando pelos aprovados pelo ADE Cofis nº 46/2016 e ADE Cofis nº 30/2017 até o atual aprovado pelo ADE Cofis nº 52/2018) ao tratarem do preenchimento da linha correspondente à dedução das antecipações mensais de IRPJ e CSLL – i.e. linha 24 do Registro N630 e linha 19 do Registro N670, sempre determinaram o seguinte:

“(…) O valor do imposto efetivamente pago por estimativa corresponde ao somatório dos valores mensais relativos à seguinte operação:

IEFP = Imposto Mensal Efetivamente Pago por Estimativa

IEFP = (Linhas N620/21 + **N620/22** + N620/23 + N620/24 + N620/25 + Pagamentos de IRPJ mensal + Pagamentos Finor/Finam/Funres até o limite permitido no ajuste anual + Compensação solicitada mediante Declaração de Compensação (PER/DComp) ou processo administrativo, e compensação autorizada por medida judicial).”

E

“(…) O valor da CSLL efetivamente paga por estimativa corresponde ao somatório dos valores mensais relativos à seguinte operação:

Linhas **N660/13** + N660/14 + N660/15 + N660/16 + N660/17 + Pagamentos de CSLL mensal + Compensação de Pagamento Indevido ou a Maior + Compensação do Saldo Negativo de Períodos Anteriores de CSLL + Outras Compensações. (...)”

307 Como se viu, é precisamente na linha 22 do Registro N620 que se informa a quitação das antecipações mensais de IRPJ com imposto de renda pago no exterior de períodos anteriores controlado na Parte B do LALUR e é na linha 13 do Registro N660 que se informa a quitação das antecipações mensais de CSLL com base no imposto de renda pago em períodos anteriores e controlado na Parte B do LACS.

308 Em outras palavras, os valores de imposto de renda pago no exterior em períodos anteriores utilizados para quitar as antecipações mensais de IRPJ (informados nas linhas 22 do Registro N620) e de CSLL (informados nas linhas 13 do Registro N660) são considerados pela própria Receita Federal do Brasil como valores de antecipações mensais efetivamente pagos – o que definitivamente atrai a aplicação dos arts. 2º, §4º, IV e 28 da Lei 9.430/96 e, com isso, afasta as considerações da D. Fiscalização acerca da extrapolação de limites.

309 Não há dúvidas que os Manuais de Orientação do Leiaute da ECF são normas complementares de direito tributário, nos termos do inciso I do art. 100 do CTN.

310 Diante disto, na mais remota hipótese de que se considere que a Recorrente excedeu os limites de utilização do imposto de renda pago no exterior, nos termos do parágrafo único de referido art. 100 do CTN e art. 76 da Lei 4.502/64, ao menos deverão ser canceladas as cobranças de quaisquer penalidades, juros de mora e atualização do valor monetário dos tributos compensados, tendo em vista que a Defendente observou as instruções de referidos Manuais em seus Procedimentos.

A tese da recorrente não merece ser acolhida.

Em primeiro lugar, já se demonstrou que, ao utilizar créditos de IR pago no exterior controlados no LALUR para compensar – na escrita contábil/fiscal – estimativas devidas, a recorrente atuou contra as disposições legais que obrigam a apresentação de DCOMP e que vedam a repetição no Brasil de imposto pago no exterior.

Além disso, a própria decisão de primeira instância já enfrentou as argumentações relativas às orientações da RFB em relação à Escrituração Contábil Fiscal - ECF, mostrando, em síntese, que o IR pago no exterior somente seria passível de consideração na apuração da estimativa a pagar com base em balanço/balancete de redução ou suspensão no mês de dezembro, sendo vedada expressamente nos meses anteriores.

Desta forma, neste tópico, adoto as razões expostas pela autoridade julgadora de primeira instância:

98. Em sua manifestação de inconformidade, a contribuinte refere-se aos Manuais de Orientação do Leiaute da ECF, desde o aprovado pela ADE Cofis nº 60/215, até o atual aprovado pelo ADE Cofins nº 52/2018. Veja-se, na petição apresentada:

[...]

99. Diz ainda a contribuinte na folha 17 de sua manifestação de inconformidade (fl. 8.413 dos autos) que os Manuais de Orientação "são normas complementares de direito tributário, nos termos do inciso I do art. 100 do CTN". Confira-se, na cópia:

[...]

100. Continuando, e em vista da argumentação trazida pela contribuinte, cabe destacar que o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Anexo ao ADE Cofis nº 60/2015, citado pela interessada, no seu item "I.6.4) Dedução do Imposto Devido (Trimestral e Anual)", situado no "Bloco L: Lucro líquido - Lucro Real" (fls.

154/225) do referido manual, consta, expressamente o que se transcreve, *in verbis*:

I.6.4) Dedução do Imposto Devido (Trimestral e Anual)

A pessoa jurídica sujeita ao lucro real pode deduzir do imposto devido:

a) os seguintes incentivos fiscais: Caráter Cultural e Artístico, Programa de Alimentação do Trabalhador, Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário, aprovados até 31 de dezembro de 2005, Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente, Regionais de Redução e/ou Isenção do Imposto, Isenção/Prouni, e de Redução por Reinvestimento, Atividades de Caráter Desportivo, Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso e Remuneração da Prorrogação da Licença- Maternidade, em conformidade com a legislação pertinente;

Atenção: Os incentivos fiscais citados acima, à exceção dos relativos a Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário, aprovados até 31 de dezembro de 2005, dos Regionais de Redução e/ou Isenção do Imposto, e dos de Redução por Reinvestimento, podem ser deduzidos do imposto devido calculado sobre base de cálculo estimada mensalmente com base na receita bruta.

b) o imposto de renda pago ou retido na fonte sobre as receitas que integram a base de cálculo do imposto devido;

c) imposto pago no exterior sobre lucros disponibilizados, rendimentos e ganhos de capital;

Atenção:

1) A compensação dos tributos pagos no país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada da pessoa jurídica e o pago relativamente a rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior está limitada:

- ao imposto pago no exterior, correspondente aos lucros de cada filial, sucursal, controlada ou coligada e aos rendimentos e ganhos de capital que houverem sido computados na determinação do lucro real; e - à diferença positiva entre os valores calculados sobre o lucro real com e sem a inclusão dos referidos lucros, rendimentos e ganhos de capital provenientes do exterior.

2) O imposto pago no exterior não pode ser compensado nos recolhimentos mensais referentes aos meses de janeiro a novembro e no caso de pagamento do imposto no mês de dezembro com base na receita bruta e acréscimos.

3) Conversão para Reais - o tributo pago no exterior, a ser compensado, é convertido em Reais tomando-se por base a taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para venda, pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data de seu efetivo pagamento.

Caso a moeda do país de origem não tenha cotação no Brasil, o seu valor é convertido em Dólares dos Estados Unidos da América e, em seguida, em Reais.

d) o imposto retido na fonte sobre rendimentos pagos ou creditados a filial, sucursal, controlada ou coligada de pessoa jurídica domiciliada no Brasil, não compensado em virtude de a beneficiária ser domiciliada em país enquadrado nas disposições do art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, quando os resultados da filial, sucursal, controlada ou coligada, que contenham os referidos rendimentos, forem computados na determinação do lucro real da pessoa jurídica no Brasil (MP nº 1.858-6, de 1999, e reedições);

e) o imposto de renda retido na fonte por órgãos públicos, conforme art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996;

f) o imposto de renda retido na fonte por Entidades da Administração Pública Federal (Lei nº 10.833/2003, art. 34).

101. Da transcrição acima se depreende que o referido Manual, em primeiro lugar, em vista da legislação que disciplina o assunto, destaca que a utilização do IR pago no exterior está limitada à diferença positiva entre os valores calculados sobre o lucro real com e sem a inclusão dos referidos lucros, rendimentos e ganhos de capital provenientes do exterior.

102. Afirma ainda que IR pago no exterior, correspondente aos lucros de cada filial, sucursal, controlada ou coligada e aos rendimentos e ganhos de capital que houverem sido computados na determinação do lucro real da controladora, no Brasil, não pode ser aproveitado como dedução nos recolhimentos mensais de estimativas referentes aos meses de janeiro a novembro de cada ano-calendário, nem no mês de dezembro, caso a apuração nesse mês tenha sido efetuada com base na receita bruta e acréscimos.

103. Somente quando a estimativa do mês de dezembro for apurada por meio de balancete de suspensão ou redução é que o IR pago no exterior pode ser aproveitado como dedução, especificamente para aquele mês, porque, nesse caso a contribuinte já apura e calcula, no mês de dezembro, o próprio lucro real anual, idêntico ao do encerramento do período de apuração e, conseqüentemente, o IRPJ devido em todo o ano-calendário, o qual corresponde ao limite aqui apreciado, tendo em conta que o aproveitamento do IR no exterior não pode gerar saldo negativo.

104. Destaque-se que a explicação do Manual é a consequência lógica das limitações previstas na legislação quanto à utilização do IR pago no exterior. Ou seja, o Manual está dizendo que, como a contribuinte terá conhecimento de quanto será o IRPJ devido, durante todo o ano-calendário, somente no mês de dezembro, desde que faça a apuração dessa estimativa por meio de balancete de suspensão ou redução, somente nesse mês é que poderá se utilizar do IR pago no exterior como dedução para extinção, total ou parcial, da estimativa respectiva. E, desde que essa extinção e utilização seja parcial, poderá ainda utilizar-se, no ajuste anual, de eventual diferença remanescente, reitere-se, observado os limites e condições previstos na legislação.

105. Somente nesse caso é que o IR pago no exterior converte-se integralmente em estimativa a ser deduzida no encerramento anual e confrontada com o IRPJ devido.

106. Pois não haveria como a contribuinte saber antecipadamente, por exemplo, no mês de janeiro, abril, ou qualquer outro, a não ser no mês de dezembro, o quanto de imposto seria devido no final do período de apuração, de forma a limitar os montantes de IR no exterior a serem aproveitados como dedução nas estimativas desses meses.

107. Veja-se que o Manual, ao fazer tal vedação, ou seja, de aproveitamento do IR pago no exterior como dedução nas estimativas de janeiro a novembro, com a permissão de aproveitamento somente para a estimativa de dezembro, desde que efetuado o balancete mensal de suspensão ou redução, além do encerramento anual, está simplesmente corroborando e seguindo a legislação aplicável, que determina a limitação do IR pago no exterior.

108. Nesse contexto, cabe enfatizar que, ao que parece, a contribuinte traz em sua manifestação de inconformidade somente partes das instruções de preenchimento, numa tentativa de adequá-las a seus argumentos, ignorando completamente o conjunto das instruções que se mostram, de forma clara e expressa, conforme o previsto na legislação de regência, e contrárias ao seu entendimento.

109. Para melhor elucidação, traz-se à colação a mesma parte transcrita pela contribuinte na fl. 16 de sua manifestação de inconformidade, presente na folha 424 do citado Manual:

ORIENTAÇÕES
O valor do imposto efetivamente pago por estimativa corresponde ao somatório dos valores mensais relativos à seguinte operação: $\text{IEFP} = \text{Imposto Mensal Efetivamente Pago por Estimativa}$ $\text{IEFP} = (\text{Linhas N}620/21 + \text{N}620/22 + \text{N}620/23 + \text{N}620/24 + \text{N}620/25 + \text{Pagamentos de IRPJ mensal} + \text{Pagamentos Finor/Finam/Funres até o limite permitido no ajuste anual} + \text{Compensação solicitada mediante Declaração de Compensação (PER/DComp) ou processo administrativo, e compensação autorizada por medida judicial}).$

110. Veja-se que, conforme enfatizado pela interessada, de fato, $\text{IEFP} = (\text{Linhas N}620/21 + \text{N}620/22 + \text{N}620/23 + \text{N}620/24 + \text{N}620/25 + \text{Pagamentos de IRPJ mensal} + \text{Pagamentos Finor/Finam/Funres até o limite permitido no ajuste anual} + \text{Compensação solicitada mediante Declaração de Compensação (PER/DComp) ou processo administrativo, e compensação autorizada por medida judicial})$, com destaque para a Linha 22 do Registro N620, no caso do IRPJ.

111. Veja-se, agora, as instruções de preenchimento para a Linha 22, do Registro N620 (folha 415 do Manual):

22		01012014		E	N	Compensação do imposto sobre lucros, rendimentos e ganhos de capital
	(-) Imposto Pago no Exterior sobre Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital					No caso de levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução referente ao mês de dezembro, pode ser informado, nesta linha, o valor do imposto pago no exterior, relativo aos lucros disponibilizados, e aos rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior no transcorrer do ano-calendário, os quais devem estar incluídos no lucro real apurado com base nesse balanço ou balancete (Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, art. 1º; Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, art. 3º; MP nº 1.991-15, de 10 de março de 2000, art. 35 e reedições; MP nº 2.158-34, de 2001, art. 74), desde que o imposto tenha sido pago até 31 de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que os rendimentos foram auferidos. Atenção: A pessoa jurídica que apurou o imposto de renda com base no lucro real anual pode deduzir o imposto pago, no exterior, após 31 de janeiro até 31 de março, no ajuste anual. Nesse caso, o valor deve ser informado na linha N630/19.

112. Para melhor visualização, veja-se a transcrição em formato mais adequado:

"No caso de levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução referente ao mês de dezembro, pode ser informado nesta linha, o valor do imposto pago no exterior, relativo aos lucros disponibilizados, e aos rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior no transcorrer no ano-calendário, os quais devem ser incluídos no lucro real apurado com base nesse balanço ou balancete (...), desde que o imposto tenha sido pago até 31 de janeiro do ano-calendário subsequente.

Atenção: A pessoa jurídica que apurou o imposto de renda com base no lucro real anual pode deduzir o imposto pago, no exterior, após 31 de janeiro até 31 de março, no ajuste anual. Nesse caso, o valor deve ser informado na linha N630/19." (grifou-se)

113. Enfim, quando da apuração da estimativa do mês de dezembro, desde que efetuada por meio de balancete de suspensão ou redução, o IR

pago no exterior pode ser utilizado como dedução. No entanto, é apenas uma dedução, porquanto, no final do período de apuração, pode se converter ou não em valor de estimativa passível de ser aproveitada integralmente como dedução do imposto devido no final do período de apuração.

114. Isso porque devem ser observados os limites previstos na legislação específica, que disciplina o aproveitamento do IR pago no exterior, tanto no IRPJ quanto na CSLL, e veda a apuração de saldo negativo exclusivamente a partir da utilização do IR pago no exterior.

A fundamentação da DRJ esbanja qualquer dúvida e demonstra que a orientação administrativa da RFB está em linha com o aqui decidido. Não se configura, portanto, a hipótese do parágrafo único do artigo 100 do CTN.

Portanto, neste ponto, voto por indeferir o recurso voluntário.

V – Juntada de novos documentos.

A recorrente protesta pela eventual juntada de novos elementos de prova nos seguintes termos:

353 Nos termos do artigo 16, § 4º, alínea “a” do Decreto 70.235/1972, tendo em vista a complexidade dos fatos envolvidos na apuração de lucros auferidos no exterior, a Recorrente protesta pela posterior juntada de documentos adicionais e complementares que julgue importantes para corroborar os fatos demonstrados.

De fato, no presente processo, tendo em vista o aperfeiçoamento da instrução probatória em diálogo com o Despacho Decisório e a decisão de primeira instância, é adequado conhecer dos elementos probatórios juntados originalmente em sede de recurso voluntário.

Entretanto, descabe dar provimento para um pedido genérico de juntada de elementos probatórios a qualquer tempo. Afinal o § 5º do artigo 16 do Decreto nº 70.235/72 exige a demonstração fundamentada da ocorrência de alguma das condições listadas no dispositivo legal citado pela recorrente.

Assim, voto por indeferir o pedido genérico de juntada de elementos probatórios a qualquer momento.

VI – Diligência.

A contribuinte, dentre seus pedidos, requer que o julgamento seja convertido em diligência, caso a autoridade julgadora entenda necessária.

Considerando que a decisão ora proposta resume-se às questões de direito, não vislumbro necessidade de determinar diligência para verificar qualquer matéria de fato.

Assim, voto por indeferir o pedido de diligência.

Conclusão,

Voto por afastar as preliminares de nulidade do despacho decisório e da decisão de primeira instância, por indeferir os pedidos de diligência e de juntada a qualquer tempo de novos elementos probatórios e, no mérito, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Carlos André Soares Nogueira